

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Táisa de Oliveira Amendola Sanches

**Cidade, segregação urbana e política
habitacional no Rio de Janeiro: o caso do
Bairro Carioca**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2016



Taísa de Oliveira Amendola Sanches

Cidade, segregação urbana e política habitacional no Rio de Janeiro: o caso do Bairro Carioca

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Orientador

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos

Fundação Getúlio Vargas

Profa. Maria Alice Rezende de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Coordenadora Setorial do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Táisa de Oliveira Amendola Sanches

Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidad Carlos III de Madrid. Tem experiência e interesse nas áreas de sociologia urbana e segregação social.

Ficha Catalográfica

Sanches, Táisa de Oliveira Amendola

Cidade, segregação urbana e política habitacional no Rio de Janeiro : o caso do Bairro Carioca / Táisa de Oliveira Amendola Sanches ; orientador: Marcelo Tadeu Baumann Burgos.– 2016.

108 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2016.

Inclui bibliografia

CDD: 300

Agradecimentos

Ao meu orientador, Marcelo Tadeu Baumann Burgos, pelo rumo que me ajudou a traçar nesta dissertação e pelos esclarecimentos fundamentais ao longo destes dois anos.

Às professoras Mariana Cavalcanti e Maria Alice Rezende de Carvalho, pela participação essencial em minhas bancas de qualificação e de avaliação.

A todos os professores do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, pelas aulas inspiradoras.

Às secretarias do Departamento de Ciências Sociais, em especial à Ana Roxo, por seu direcionamento sempre assertivo e carinhoso.

Aos queridos colegas do curso, em especial Caíque, Fabiana, Rafaelle e Vanusa, pelo acompanhamento tão próximo e afetuoso.

Aos professores e funcionários da Escola Municipal Carlos Alberto Menezes Direito, por dividirem seu cotidiano comigo.

À Capes, pela bolsa concedida, sem a qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos meus pais e irmã, por acreditarem.

Ao Bruno, por toda a paciência e amor, sempre.

Ao Antonio, pelo olhar carinhoso que me incentiva todos os dias.

Resumo

Sanches, Taísa de Oliveira Amendola; Burgos, Marcelo Tadeu Baumann (Orientador). **Cidade, segregação urbana e política habitacional no Rio de Janeiro: o caso do Bairro Carioca**. Rio de Janeiro, 2016, 108 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho busca, a partir de um estudo de caso, analisar a forma como se produz segregação urbana no Rio de Janeiro atualmente, e como a população é afetada por isso. O documento é dividido em duas etapas: a primeira relaciona a teoria existente acerca de segregação urbana e a política habitacional levada a cabo na cidade, através da análise da legislação atual, das reformas urbanas que estão sendo realizadas e das práticas políticas existentes no passado. Na segunda etapa, é realizada a apresentação do trabalho de campo desenvolvido no Bairro Carioca, em Triagem, onde foi possível observar, a partir do acompanhamento do cotidiano escolar, como a segregação se mostra na forma como os moradores e professores expressam sua experiência de viver e trabalhar no local.

Palavras-chave

Cidade; segregação urbana; Rio de Janeiro; política habitacional; favela; remoções.

Abstract

Sanches, Taísa de Oliveira Amendola; Burgos, Marcelo Tadeu Baumann (Advisor). **City, urban segregation and housing policy in Rio de Janeiro: the case of Bairro Carioca.** Rio de Janeiro, 2016, 108p. MSc. Dissertation - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to analyze the way urban segregation is produced in contemporary Rio de Janeiro, and how the population is affected by it. The work is divided into two parts: the first relates the existing theory about urban segregation with the housing policy developed in the city. It analyses the current legislation, the urban reforms carried out, and the political practices performed in the past. In the second part, it presents the results of a fieldwork developed in Bairro Carioca, where it was possible to observe, after following daily life at a local school, how segregation is revealed in the way residents and teachers express their experience of living and working in this neighborhood.

Keywords

City; urban segregation; Rio de Janeiro; housing policy; slums; removals.

Sumário

1. Introdução	8
2. As mensagens da cidade	13
2.1 A cidade do futuro do pretérito (composto): antigos dilemas da cidade que se atualizam	17
2.2. A cidade olímpica e a gestão de alto desempenho: novos padrões de segregação urbana na cidade	22
2.3. O Bairro Carioca – de “Cidade Light” a “Condomínio Popular”	36
3. Políticas habitacionais e o Bairro Carioca	47
3.1 Análise das políticas habitacionais cariocas voltadas às favelas	47
3.2 Bairro Carioca: exemplo de uma política habitacional produtora de segregação	56
4. Cotidiano de enclave: estudo de caso	65
4.1 O Bairro na cidade	65
4.2 A segregação pelo relato dos moradores	71
4.3 A escola ajudou na minha adaptação? O cotidiano e a percepção da comunidade escolar sobre o Bairro Carioca	81
5. Conclusões	96
Referências bibliográficas	100

Anexos

Anexo 1: Entrevista Semiestruturada – professores, diretores e Funcionários da EM Carlos Alberto Menezes Direito	107
Anexo 2: Entrevista Semiestruturada – famílias/responsáveis da comunidade escolar - EM Carlos Alberto Menezes Direito	108

1. Introdução

Segregação urbana é o tema central deste trabalho. Seu fio condutor é a análise de um exemplo de política habitacional do município do Rio de Janeiro, o Bairro Carioca, que pode ser encarado como uma síntese da forma como o poder político influi nas práticas sociais dos moradores da cidade.

A análise é feita através de dois eixos: o primeiro, desenvolvido nos capítulos 2 e 3, aborda a teoria acerca da segregação urbana e dos processos de transformação do espaço público relacionando-as com as políticas habitacionais que são colocadas em prática pela prefeitura da cidade na última década. O segundo eixo, apresentado no capítulo 4, se centra no acompanhamento do cotidiano e da percepção dos moradores do Bairro Carioca, localizado em Triagem. Desta forma, procuro abarcar como um projeto habitacional pode impactar a vida social da cidade e de seus moradores, tentando assim “problematizar a gênese da organização de um modo de vida, de um *ethos* urbano” (CARVALHO, 2014: 159).

No segundo capítulo, apresento o arcabouço analítico que será utilizado ao longo desta dissertação. A partir daí, considero a forma como a urbanização da cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu nos últimos anos, comparando-a com a realizada no início do século XX, de forma a abarcar como o capitalismo industrial impactou a vida social na cidade nos dois períodos. Na terceira seção deste capítulo, através da exposição da legislação que guia a política habitacional do município na atualidade, procuro conduzir o debate acerca da relação entre política pública e segregação urbana.

No terceiro capítulo, apresento uma análise histórica das políticas habitacionais voltadas a remoção e reassentamento da população favelada na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que o Bairro Carioca é um exemplo da retomada deste tipo de política no município. A maioria de seus moradores – 89,6%, segundo Observatório das Metrópoles (2015) – são ex-moradores de favelas¹, removidos e reassentados por distintos motivos – desde remoções de áreas de risco, àquelas voltadas a obras municipais e estaduais.

¹ Segundo Relatório de Acompanhamento do PMCMV (Observatório das Metrópoles, 2015), no Bairro Carioca existem ex-moradores das seguintes favelas: Tabajaras, Manguinhos, Mandala, Rocinha, Vidigal, Morro do Andaraí, Providência, Turano, Formiga, Acari, Borel, Mandela, Indiana, Nova Divinéia, Favela do Metrô, Mangueira, Jacaré, Chupa Cabra, Alemão, Estácio, Querosene, Macaco, Sítio da Amizade/Cidade de Deus.

O Bairro² é também representativo da forma como o maior programa habitacional do país, o Minha Casa Minha Vida (PMCMV) vem sendo executado no município. Ele é um dos empreendimentos do programa na cidade, mas a menor parcela das pessoas que ali vive foi beneficiada por unidades habitacionais devido ao sorteio realizado pelo governo, como parte das ações do PMCMV, e isso é representativo no âmbito de análise da política habitacional da cidade.

Em ambos os capítulos, trago uma seção específica sobre como o Bairro Carioca se insere no debate apresentado. Desta forma, no capítulo 2 o Bairro se apresenta como um exemplo das políticas de habitação levadas a cabo no município, voltadas ao investimento de excedentes de produção e seguindo um padrão de urbanização que visa a individualização e a propriedade privada. Esta perspectiva dialoga com a perspectiva dos autores trazidos na primeira seção do capítulo, dentre eles Harvey (2012), que analisa como o capitalismo industrial impacta a urbanização das cidades.

No capítulo 3, o Bairro se insere no debate acerca das políticas habitacionais de remoção, uma vez que grande parte de seus moradores são reassentados. O Observatório das Metrópoles realizou, em 2015, um relatório acerca do PMCMV no Estado do Rio de Janeiro, onde foram analisados quatro empreendimentos considerados representativos. Dos locais analisados, o Bairro Carioca é aquele que recebe maior número de moradores reassentados – 89,6%, como mencionado. Nos demais, esta proporção é bem menor – 2,7%, 8,1% e 34,1%, nos empreendimentos de Belford Roxo, Queimados e Santa Cruz analisados, respectivamente.

No quarto capítulo mostro como se desenvolveu a pesquisa de campo que realizei no Bairro, que teve na Escola Municipal Carlos Alberto Menezes Direito sua porta de entrada. A decisão por “entrar” no Bairro pela escola, se deve, primeiramente, aos alertas que li a respeito da insegurança predominante no local, pois facções ligadas ao tráfico de drogas estavam disputando este território, devido

² Tratarei acerca do Bairro Carioca como Bairro (com letra maiúscula, para diferenciar da palavra bairro), ao longo deste trabalho, pois, como veremos ao longo da discussão aqui estabelecida, é difícil classificar o empreendimento através de alguma categoria existente. Não podemos caracteriza-lo como um bairro comum da cidade por diversos fatores que serão apresentados, dentre eles, ter sido construído em formato de “condomínio” e seguir padrões específicos desta categoria. Outros fatores serão melhor desenvolvidos mais adiante.

a sua localização privilegiada, bem servida de transportes públicos e próxima ao centro da cidade.

Em uma das notícias que li a respeito da presença do tráfego no Bairro, a Escola Municipal Carlos Alberto Menezes Direito era mencionada. Dizia-se que uma boca de fumo estava instalada ao lado desta escola, construída para atender ao Bairro. Para obter informações acerca da “boca”, o repórter procurou os professores, que não quiseram se manifestar a respeito³.

Além da questão acerca da segurança, há também a premissa de que a escola, não somente a deste Bairro, é um local privilegiado de socialização, onde relações sociais dos alunos se expressam e se criam cotidianamente. Ao mesmo tempo, a escola tem papel fundamental na integração de realidades distintas. Van Zanten (2000) sugere que a segregação territorial se apresenta na escola de diversas formas. Ao analisar uma escola frequentada por uma maioria de alunos moradores de um conjunto habitacional, a autora demonstra que eles “compartilham, se não uma cultura comum, pelo menos certos tipos de conduta associados à vida nos grandes conjuntos” (Idem, p. 28).

A comunidade escolar pode ser encarada, assim, como representante da diversidade encontrada dentro do Bairro Carioca, além de ser importante local de socialização de seus moradores. Desta forma, analisar a visão que tanto os alunos, quanto os professores e funcionários, que também fazem parte do cotidiano do Bairro, têm de sua relação com a cidade e com a realidade que está sendo construída no interior deste espaço é fundamental para analisar como um projeto habitacional pode impactar a vida social dos seus moradores, e como a oferta de educação básica dentro deste tipo de projeto influencia sua socialização e integração.

O acompanhamento do cotidiano do Bairro através da escola está embasado também no seu caráter de reprodução das diferenças urbanas. Ou seja, busquei identificar como a escola pode ser um dos vetores de segregação, na medida em que atende exclusivamente aos moradores do Bairro e procura homogeneizar seu público, como veremos.

³ A partir desta matéria a escola me pareceu central para a vida no Bairro. Se a boca de fumo estava instalada ali, alguma importância, ao menos de circulação de moradores, a escola representava.

Utilizei, para a pesquisa realizada no Bairro, dois questionários voltados a entrevistas semiestruturadas. Um deles, específico para os professores e funcionários da escola; outro, para os moradores responsáveis pedagógicos dos alunos (Anexos 1 e 2). Pude acompanhar o cotidiano escolar durante aproximadamente 4 meses – de agosto a dezembro de 2015. Para tanto, me ocupei na tabulação e sistematização dos dados de matrícula dos alunos – onde constam dados socioeconômicos das famílias. Havia combinado com a diretora da escola, nos primeiros encontros, que poderia ajuda-los a organizar os dados dos alunos, pois fazendo isso, a escola teria mais facilidade em acessá-los e eu teria alguma atividade para exercer nos dias em que estivesse ali. Antes da sistematização e da criação de uma planilha, que fiz com todos os dados, os funcionários tinham que procurar as informações em pastas com as fichas preenchidas pelos pais no momento da matrícula. Desta forma, durante os dias em que permaneci na escola, utilizei um computador da direção e criei uma planilha com os dados dos alunos.

Durante os meses em que estive na escola, permanecia todo o tempo digitando os dados, sentada na sala dos professores ou na recepção, de maneira a não influenciar na dinâmica do local. Pude, assim, acompanhar diálogos entre as professoras, perceber como os responsáveis se colocavam perante a escola, a forma como os alunos se comportavam em seus intervalos, dentre outras coisas. Grande parte das entrevistas com professores e funcionários ocorreu nos momentos em que ficávamos sozinhos na sala, aproveitando a situação de sigilo. Além disso, participei de duas reuniões de responsáveis, quando realizei algumas entrevistas. Ambas ocorreram em sábados, mas apesar disso, poucas pessoas compareceram.

Na seção 4.2, procuro demonstrar, utilizando como referência a obra de Dubet, a forma como a experiência dos indivíduos se expressam em seu cotidiano, a partir da percepção da forma como se relacionam ao plano coletivo, colocando em prática atitudes culturalmente estabelecidas, que podem refletir a forma como eles próprios se enxergam socialmente.

Durante os meses de pesquisa, também conversei com funcionários da empresa de engenharia responsável pela construção e acompanhamento dos condomínios 7 e 8. A companhia mantém um plantão de atendimento social nas portarias dos condomínios – seguindo as normas estipuladas no Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), com instruções da Caixa Econômica para os empreendimentos do

PMCMV – onde esclarece dúvidas da população, e realiza reuniões informativas acerca da vida no Bairro e das obrigações perante os edifícios. Através destas reuniões, “se espera dos profissionais da área social (...) mudar a cultura de uma população que tem uma vivência de segregação, de carências e de informalidade, para uma adaptação completa dos novos moradores à nova moradia” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015: 95).

Busquei trazer a perspectiva do poder público em relação ao Bairro Carioca, através de entrevistas com representantes das Secretarias Municipal e Estadual de Habitação, e com representantes da Secretaria Municipal de Educação, no intuito de compreender como este novo conceito de empreendimento habitacional foi projetado e qual a visão de cidade está por trás dele. Em todas as tentativas de entrevista que realizei, nenhuma teve sucesso.

Este trabalho segue uma linha de investigação que relaciona políticas urbanas e sociais, avaliando suas consequências para a cidade e para a população que nela vive. Compreender qual o papel do Estado na formação da cidade, e o que a forma urbana representa para parte de seus moradores é uma questão que perpassa toda esta pesquisa.

2. As mensagens da cidade

A cidade emite e recebe mensagens. Essas mensagens são compreendidas ou não (codificam-se e se decodificam ou não). Ela pode portanto ser apreendida conforme os conceitos oriundos da linguística: significante e significado, significação e sentido. Todavia, não é sem maiores reservas e sem preocupações que se pode considerar a Cidade como sendo um sistema (sistema único) de significações e de sentido, portanto de valores. Aqui como em outros casos, existem vários sistemas (ou, se preferir, vários subsistemas). (LEFEBVRE, 1991: 63)

A forma como Lefebvre (1991) descreve a cidade nos serve como porta de entrada para direcionar o caminho que se procura trilhar neste capítulo. Aqui busco compreender como as políticas públicas de habitação do Rio de Janeiro refletem questões amplas acerca da cidade

A análise acerca das políticas habitacionais se justifica pelo anseio em captar as “mensagens” que a cidade tem emitido nos últimos anos, para em seguida verificar como a população as recebe. Lefebvre (1991), ao propor que a cidade seja compreendida a partir da semiologia, aponta também para o perigo que esta abordagem pode impor. Segundo este autor, a cidade não deve ser compreendida apenas como um “sistema de signos”, mas “deve distinguir entre dimensões e níveis múltiplos” (Idem: 64). Estes níveis e dimensões abarcam as falas, as escritas, e os símbolos presentes no ambiente urbano. Dentre eles, estão os acontecimentos nas ruas, nos lugares públicos, as formas de expressão dos moradores, e também os edifícios e avenidas, que “simbolizam os cosmos, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado” (Idem: 65).

Outra questão que não deve ser perdida ao considerar a cidade, para Lefebvre (1991), é sua dimensão *paradigmática*, aquela que mostra as oposições da cidade, e é a mais importante para a abordagem tomada nesta dissertação. Esta dimensão traz para o debate a oposição entre centro e periferia, e de integração da sociedade urbana. O autor considera que à vida urbana são intrínsecos “fenômenos paradoxais de integração desintegrante” (LEFEBVRE, 1991: 100), uma vez que práticas sociais de integração e segregação são comuns a ela. O urbanismo, ao mesmo tempo

que pode contribuir para a capacidade integrativa e de participação na cidade, através de ações estatais, por exemplo, segrega e separa na medida em que projeta e divide o espaço em zonas racionais.

O autor considera, ainda, que a segregação é uma “estratégia de classe” e possui um “sentido político”, na medida que expulsa os moradores mais pobres da cidade tradicional. A partir deste ponto, o autor elabora o debate ao redor do *direito à cidade*. Este conceito aponta para uma visão ampla da vida na cidade, que a concebe para além de seu espaço físico e que aponta para a prática social da sociedade que nela habita. A vida no ambiente urbano tem seu valor no uso, segundo o autor, ou seja, na circulação pelo espaço, na troca, na participação, no encontro. Habitar uma cidade é, então, utiliza-la, circular por ela, e isso é negado aos mais pobres, segundo Lefebvre, na medida em que eles estão distantes dos centros das cidades.

Harvey (2012), procurando atualizar o debate acerca do direito à cidade, demonstra como o capitalismo industrial marcou negativamente a construção das cidades. Para o autor, se o processo de urbanização sempre esteve relacionado ao investimento da produção excedente, no capitalismo a relação entre os dois se estreita. Um dos exemplos utilizados por Harvey para ilustrar a questão é o caso de Paris no Segundo Império, quando Haussmann assumiu as obras públicas da cidade. O investimento do excedente de capital no ambiente urbano transformou Paris em um grande centro de consumo, e o modo de vida na cidade foi alterado.

O capitalismo atual exerce, então, ampla influência no desenvolvimento das cidades, segundo Harvey, pois o investimento em urbanização torna-se uma força importante contra as crises econômicas, mais comuns no processo de globalização. Nos anos 90, por exemplo, o mercado imobiliário dos Estados Unidos “absorveu uma quantia considerável de capital excedente através da construção de centros urbanos, residências de subúrbio e escritórios, enquanto a inflação dos preços dos ativos habitacionais (...) impulsionava o mercado interno” (HARVEY, 2012: 79).

A expansão do capitalismo e a crescente urbanização causaram grandes transformações no estilo de vida, segundo Harvey. Até mesmo a vida urbana e a cidade passam a ser encaradas como mercadorias, pois são envoltas em “uma aura de liberdade de escolha” (HARVEY, 2012: 81). O mercado habitacional, neste contexto, é influenciado pelo estilo de vida individualista, e o valor simbólico da obtenção de uma propriedade privada é disseminado a grandes escalas,

os resultados são indelevelmente cáusticos sobre as formas espaciais de nossas cidades, que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância (Ibid.:81).

O ambiente urbano se torna então o contrário do ideal de Lefebvre, onde a prática social estaria relacionada ao uso da cidade. No lugar de encontro, há separação, partes unidas apenas espacialmente, mas bastante separadas simbolicamente.

A população mais afetada por este processo, segundo Harvey, é formada pelos mais pobres e marginalizados. O autor denomina como “acumulação por despossessão” o processo de assimilação – pelo poder financeiro apoiado pelo Estado – de terras pertencentes às populações de baixa renda. Bairros inteiros são desmantelados para a construção de edificações em locais valorizados, e o lucro é garantido pelo preço baixíssimo gasto na aquisição (feita de forma violenta) da terra. À essa população resta viver às margens das cidades, “entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do “urbano”” (LEFEBVRE, 1991: 98).

A cidade seria então território das classes mais abastadas? Segundo Harvey, não; uma vez que a população mais rica se isola em bairros que se assemelham a “microestados”, pois funcionam de maneira autônoma à cidade, buscando exclusividade e um padrão de vida mais individualista. Este padrão é seguido também, segundo o autor, nos projetos de urbanização (“novo urbanismo”) de subúrbios americanos, que tentam imitar a vida nas cidades, proporcionando serviços à classe média.

As consequências deste tipo de urbanização, que transforma a cidade em um conjunto de enclaves, envolvem uma tensão constante, onde a proteção da propriedade individual se torna condição de vida. Harvey afirma que “sob estas condições, ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento (...) tornam-se mais difíceis de sustentar” (HARVEY, 2012: 82).

A respeito de como o Brasil, mais especificamente São Paulo, absorve os efeitos deste tipo de urbanização, Caldeira (2000) oferece uma abordagem que procura identificar os instrumentos que a população se utiliza para “organizar diferenças no espaço urbano” (Idem: 23). Segundo esta autora,

a combinação de medo da violência, reprodução de preconceitos, contestação de direitos, discriminação social e criação de novas fórmulas para manter grupos sociais separados certamente tem características específicas e perversas em São Paulo, mas ela também reflete processos sociais de mudança que estão ocorrendo em muitas cidades (Ibid.: 23).

A autora considera ainda que, para compreender os desafios da cidade, é importante perceber como as transformações urbanas impactam a vida cotidiana e as relações sociais. Ao analisar a construção de condomínios fechados em São Paulo, denominados por ela como “enclaves fortificados”, mostra que “o caráter do espaço público muda, assim como a participação dos cidadãos na vida pública” (CALDEIRA, 2000: 211) à medida que a cidade se fragmenta.

A partir deste arcabouço teórico, procuro, neste capítulo, traçar as transformações urbanas realizadas no Rio de Janeiro nas últimas décadas, apontando para seus efeitos segregacionistas. Na primeira seção, mostro como na atualidade, antigos dilemas da cidade voltam a aparecer, trazendo consigo desafios já enfrentados no passado, mas não superados. Na segunda seção, demonstro como a segregação da cidade é institucionalizada em sua legislação, onde questões habitacionais são tratadas de maneira que a cidade permaneça fragmentada. Procuro evidenciar como o poder legislativo da cidade está a serviço do executivo, de maneira que a participação e representação dos cidadãos ficam em segundo plano.

Na terceira seção, apresento o Bairro Carioca, que, segundo a perspectiva de Lefebvre, pode ser considerado um “sistema (parcial) de significações” (LEFEBVRE, 1991: 65), pois está inserido em um sistema mais amplo que o determina e que se “estabelece a partir da oposição” (Ibid.) a ele. É um “condomínio popular” (CONCEIÇÃO, 2014) construído no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, e beneficia famílias inseridas na chamada Faixa 1 de renda, que varia de 0 a 3 salários mínimos, majoritariamente (89%) reassentadas de favelas localizadas em áreas consideradas de risco.

Os objetivos do projeto são, além de oferecer moradia a aproximadamente 10.000 pessoas, garantir serviços básicos e comuns a um “verdadeiro bairro”, como propõe o site da Prefeitura – aproximando-o do “novo urbanismo” descrito por

Harvey. Além disso, é um importante símbolo das obras públicas realizadas na cidade atualmente, utilizado como “vitrine” da política habitacional do município.

2.1. A cidade do futuro do pretérito (composto): antigos dilemas da cidade que se atualizam

O tempo verbal denominado *futuro do pretérito (composto)* é utilizado quando queremos nos referir a um fato que poderia ter ocorrido depois de um determinado fato passado. Por exemplo: se eu tivesse ganhado na loteria, teria comprado uma casa. Escolho este tempo verbal para introduzir a discussão que será feita aqui, acerca dos efeitos sociais causados pelas políticas públicas urbanas levadas a cabo no Rio de Janeiro.

As transformações urbanas colocadas em prática atualmente, na cidade do Rio de Janeiro, têm como fio condutor a constante justificativa de construção de um futuro melhor. Elas tentam devolver à cidade algumas das características e obras públicas realizadas no início do século XX, como se quisessem dizer que finalmente o futuro desejado àquela época vai chegar, evitando os erros cometidos anteriormente. Eduardo Paes, prefeito da cidade⁴, na data de inauguração da Praça Mauá após ampla reforma, disse: “É um resgate da história. Uma cidade que olha para o futuro, mas preservando o passado”; por isso o futuro do pretérito.

Desde a data da escolha da cidade para sediar os jogos olímpicos de 2016, em outubro de 2009, muitas transformações foram feitas no ambiente urbano. O Rio de Janeiro adotou, a partir de então, o título de “Cidade Olímpica”, que está presente em todas as logomarcas oficiais da cidade e serve como guia de políticas públicas e obras desenvolvidas na cidade. A prefeitura da cidade, inclusive, criou um site na internet (www.cidadeolimpica.com.br) onde divulga todas as transformações urbanas que estão sendo feitas nesta gestão, e que tem por objetivo transformar a cidade e deixa-la apta a receber o evento. O site se tornou o meio de comunicação mais ativo da prefeitura, pois nele divulga, por exemplo, projetos como Rio mais social e Cartão da família carioca que não estão diretamente relacionados aos jogos. O título de cidade olímpica se transformou na definição mais completa do Rio de Janeiro, uma vez que o presente da cidade se define pelo que ela será no futuro.

⁴ Eduardo Paes foi eleito em 2008 e reeleito em 2012.

Situação semelhante ocorreu na Exposição Mundial sediada na cidade em 1922, e definida por Sant’Ana (2008) como “a própria materialização da efemeridade do presente, estimulada por visões e reflexões do passado” (SANT’ANA, 2008: 13). Ser o país sede da Exposição Mundial trazia a responsabilidade de dar lugar a um dos maiores símbolos da modernidade, como aponta Benjamin (1985), e o “desejo em obter reconhecimento e status de nação símbolo de progresso, avanço e civilização apresenta-se comum a todos os expositores” (SANT’ANA, 2008: 27). Muitas transformações urbanas foram realizadas para a ocasião, dentre elas, a derrubada do Morro do Castelo.

O Rio de Janeiro candidatou-se a sediar a Exposição Mundial desde 1861, quando foi realizada a primeira *Exposição Nacional do Brasil*, tentativa de “inserção do Brasil no cenário industrial internacional” (SANT’ANA, 2008: 27). O intento de mostrar o país como inserido na modernidade industrial falhou, uma vez que “sobressaiu a atração exercida pelo exotismo cultural, pelo valor da produção agrícola, pela matéria-prima e minerais nacionais” (Ibid.). De qualquer forma, a partir de tal data o país passou a ser convidado a participar das exposições mundiais.

O início do período republicano do país, e da cidade do Rio de Janeiro como capital, trouxe como bagagem a intenção modernizadora do final do século XIX. Foi no início do século XX que Pereira Passos procurou desenhar a cidade que representaria a moderna capital do país, inspirada em Paris, e evocando os mesmos dilemas com que aquela cidade havia se deparado em seu passado. Não é por menos que este prefeito foi posteriormente chamado de “Hausman tropical” (BENCHIMOL, 1990), uma vez que como este, lidou com a intensificação do capitalismo e seus efeitos ao espaço urbano da cidade.

As principais transformações do espaço urbano do Rio de Janeiro realizadas por Pereira Passos se referem a construção da Avenida Central (hoje Rio Branco), ao alargamento das ruas do centro, calçamento com asfalto de diversas ruas da cidade, construção da Avenida Beira Mar entre Botafogo e Flamengo, e construção do Teatro Municipal. Segundo Abreu (1997), Passos determinou, em mensagem intitulada “Embelezamento e Saneamento da Cidade”, encaminhada à Câmara em setembro de 1903, diretrizes que iam de saneamento e higiene à desocupação de milhares de casas que se situavam na área onde hoje localiza-se a Avenida Rio Branco.

Este é o primeiro momento em que o investimento do capital se mostra no espaço, e a riqueza passa a se evidenciar nele. A denominada Reforma Passos, segundo Abreu (1997) é representativa principalmente por ser “o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, (...) sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade” (ABREU, 1997: 63). Paradoxalmente, a expulsão da população pobre das áreas centrais da cidade fez com que um maior número de pessoas procurasse viver nas proximidades, o que “se constitui em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge” (Idem: 66). É neste período que os morros mais próximos ao centro passam a ser massivamente ocupados. No capítulo 3 veremos em mais detalhe como as políticas urbanas desta época lidaram com o surgimento das favelas.

Também é nesta época que se dá a consolidação da formação dos subúrbios mais próximos ao centro, como Engenho Novo, Engenho Velho e São Cristóvão. A população residente em São Cristóvão, por exemplo, passou de 22.202 habitantes em 1890, para 45.098, em 1906 (MORTARA, 1947. Apud ABREU, 1997: 67). É justamente nesta região em que hoje localiza-se o Bairro Carioca, onde desenvolvi o estudo de caso que será apresentado no capítulo 4.

Mike Davis (2009) ao descrever as transformações urbanas de Los Angeles (LA) na primeira metade do século XX, mostra como essa cidade, quando comparada a outras de mesmo porte, “pode ser *planejada* ou *projetada* num sentido muito fragmentário (principalmente no nível de sua infraestrutura), mas ela é infinitamente *visualizada*” (DAVIS, 2009: 55. Marcações do autor). O Rio de Janeiro, assim como LA, é uma cidade muito imaginada, principalmente pelo poder público e por sua elite econômica. As referências à cidade são quase sempre em relação aquilo que ela irá se tornar, ou sobre aqueles problemas que irão ser solucionados, parece que existe uma enorme dificuldade em pensar o que a cidade representa no presente.

O Museu do Amanhã e a reestruturação da Praça Mauá são significativos neste contexto de cidade do futuro. Em texto publicado em dezembro de 2015, o professor

João Masao Kamita⁵, analisa as transformações da praça, e mostra como ela “parece recuperar o brilho do passado, do início do século 20, quando surgiu como a porta de entrada do Rio *Belle Époque* de Pereira Passos”, mas que “agora emerge como um grande vazio estruturante”, pois seu projeto foi entregue a uma parceria público privada que levou em conta somente “as diretrizes do cálculo de eficiência político e da racionalidade instrumental da obra, o que quer dizer dos políticos de mandado e das empreiteiras e seus consórcios”.

Inaugurado em dezembro de 2015, e situado na Praça Mauá, o museu não apresenta obras do passado ou referências a ele, como seria comum a uma instituição desta. Pelo contrário, o museu nega o passado da Praça e da cidade e reverencia o futuro. A preocupação com a estética desta obra é fundamental. Por não apresentar grandes exposições em seu interior, a própria construção do museu é futurística, negando o passado do local onde está construído.

Por outro lado, à população mais pobre da cidade cabe o passado. Ao mesmo tempo que se imagina em que a cidade pode se transformar, tenta-se manter vivo o espírito *comunitário* atribuído às favelas e à população pobre do início do século XX. Como se somente mantendo-se harmoniosos e revitalizando as tradições do samba a população mais pobre pudesse sobreviver na cidade imaginada. Orlando Alves dos Santos Junior (2015), que denomina as transformações do Rio de Janeiro atuais de “modernização neoliberal”, acredita que este processo “parece se aproximar das práticas patrimonialistas, que tanto marcam a história da cidade do Rio de Janeiro, e se distanciar da gestão democrática associada ao ideário do direito à cidade” (Idem: 479).

Veremos, no capítulo 4, como os professores do Bairro Carioca justificam os problemas de adequação dos alunos aos padrões esperados referindo-se à perda de identidade que sofreram em sua remoção. Como se permanecendo na favela eles criassem menos conflito. Como se entrando no Bairro eles estivessem invadindo um futuro que poderia ser glorioso, mas não é porque eles perdem sua identidade harmoniosa na nova realidade.

⁵ Texto publicado em 16 de dezembro de 2015, disponível no site <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.187/5885>.

O presente da cidade permanece neste meio caminho entre o futuro glorioso e o passado visto com saudosismo, que remete às tradições do samba, da malandragem. Neste passado, a vida nas favelas remetia à harmonia, situação que era confortável ao Estado, que mantinha relações de clientelismo e patronagem com seus moradores, como veremos no capítulo 3.

Em alguma medida, a forma como o investimento na cidade tem se produzido no Rio de Janeiro se aproxima também daquele verificado no período desenvolvimentista (1946-1964). Ainda que, àquela época, a principal orientação econômica estava relacionada à industrialização do país, alavancada por políticas protecionistas de substituição de importações, a forma como se realizaram os investimentos na área urbana traz semelhanças com a atualidade. A preocupação latente em se modernizar o país esteve presente nos projetos de habitação social da época, “introduzindo novos hábitos e um modo de vida “moderno” que romperiam com o atraso do país, expresso no subdesenvolvimento” (BONDUKI, 2013: 138). Foram construídos, à época, conjuntos habitacionais que seguiam ideais de modernização, como o Edifício Pedregulho, em São Cristóvão, em 1947.

Segundo Bonduki (2013), há, no entanto, algumas críticas dirigidas a forma como o investimento em habitação foi realizado à época, pois as políticas voltadas e isso não foram consistentes. Apenas princípios parciais da arquitetura moderna foram adotados, segundo o autor, “perdendo-se os generosos e desafiadores horizontes sociais” (Idem: 134) e levando, ao fim deste período, a uma massiva produção de moradias que tinham no projeto “a busca cega e inútil pela redução de custos” (Idem: 135). Veremos, no capítulo 3, como a construção de conjuntos habitacionais está inserido no debate de minimização dos custos e educação dos pobres a um estilo de vida que vai do moderno, na época desenvolvimentista, ao consumidor, na atualidade.

Em ambos os casos, os projetos de habitação social se encontram entre a melhoria do aspecto da cidade, excluindo-se os mais pobres de habitações precárias que destoam do cenário, e projetos de baixo custo que maquiam a realidade da população que neles habita.

Talvez seja possível afirmar que o Rio de Janeiro, por ser cenário natural reverenciado mundialmente, se compare à Veneza descrita por Simmel (2003). Em

ambas se busca na beleza estética uma definição de cidade, o que acaba por torná-las superficiais, “como se só as camadas superiores da alma, que se limitam a captar reflexos, a fruir passivamente, respirassem ainda, enquanto *a sua realidade plena permanece à margem como que num sonho indolente*” (SIMMEL, 2003: 126)

Assim como ocorreu à época da Exposição Mundial de 1922, o Rio de Janeiro se candidatou a sediar um evento de alcance mundial repetidamente, tendo sido eleita em 2009 para organizar os jogos em 2016. E da mesma forma que ocorreu no início do século XX, também agora a cidade passa por intensas transformações urbanísticas, que afetam em especial a população mais pobre da cidade.

O que se indica pelas políticas urbanas e habitacionais da prefeitura do Rio de Janeiro, como veremos a seguir, é que ela percebe a cidade como uma empresa a ser gerida, e “negligencia as singularidades da vida urbana, os modos de viver da cidade, o *habitar* propriamente dito” (LEFEBVRE, 1991: 57).

2.2. A cidade olímpica e a gestão de alto desempenho: novos padrões de segregação urbana na cidade

Embora este conjunto de regras não constitua novidade para grandes empresas ou instituições de destaque, ele é pouco usual à boa parte da administração pública brasileira, que se pauta muitas vezes pela intuição do gestor ou por influência política. A administração da Prefeitura do Rio de Janeiro que teve início em 2009 decidiu por outro caminho: se guiar pelas melhores práticas de gestão (...)

A chamada Gestão de Alto Desempenho da Prefeitura estava pautada em três valores fundamentais: foco em resultados, pragmatismo e disciplina.

Estas três características deveriam ser reconhecidas em cada decisão tomada. Ou seja, ao invés de agir somente pela necessidade ou intuição, a Prefeitura passou a agir com método.

(Gestão de Alto Desempenho, prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012)

Os trechos acima, retirados de um relatório chamado *Gestão de Alto Desempenho*, elaborado pela prefeitura do Rio de Janeiro para demonstrar o cumprimento das metas propostas para o período de 2009 a 2012, primeiro mandato de Eduardo Paes, sugerem que seu governo se inspirou em práticas de gestão mais comuns ao setor privado. O relatório é importante para mostrarmos a partir de qual ponto se iniciam os desenhos urbano e habitacional que existem na cidade do Rio de Janeiro atualmente.

Orlando Alves dos Santos Jr. (2015) vê neste projeto um novo ciclo de mercantilização do espaço urbano, na medida em que a cidade passa a ser gerida de forma empresarial, e que se inserem áreas e serviços públicos da cidade “aos circuitos de valorização do capital” (Idem). O autor sugere que está em curso um “processo de intensificação da elitização da cidade”, tanto por conta da “transferência forçada de ativos sob a posse ou controle das classes populares para setores do capital imobiliário”, quanto pela “criação de novos serviços e equipamentos urbanos que passariam a ser geridos pela iniciativa privada” (Ibid.).

Na mesma direção, Feltran (2014) aponta para o caráter de inclusão social pelo mercado das políticas públicas atuais. Para ele, “a habitação social contemporânea é a ponta da operação de mercados financeiros transnacionais” (FELTRAN, 2014: 507), sendo fundamental “associar ao dispositivo mercantil uma cunha de destituição do “direito a ter direitos”” (Idem: 508), no sentido em que o direito à habitação é dado via aquisição de imóvel, mas não oferece aos beneficiários um real acesso à vida pública que a cidade possibilita. Veremos como os planos e projetos, leis e decretos da prefeitura e do governo federal tem influenciado o processo de segregação urbana no Rio de Janeiro a partir destas perspectivas.

O documento que guia a gestão da prefeitura, de 198 páginas, contém o Plano Estratégico para os anos de 2013 a 2016, segundo mandato desta administração. Ele se baseia nas políticas “exitosas” que foram implementadas no primeiro mandato, e traz ao debate a questão habitacional – que não estava presente no relatório dos primeiros anos. O Plano propõe a construção de 100 mil residências, e a redução em 5% da área do município ocupada por favelas, mas não explica quais as atividades que serão desenvolvidas nesse sentido. A palavra habitação aparece menos de 10 vezes no documento, e a palavra favela, quatro vezes. O Programa Minha Casa Minha Vida não é mencionado.

Após a publicação deste relatório, a prefeitura difundiu o projeto denominado “Cidade Olímpica”, que guia a maioria das transformações no município do Rio de Janeiro atualmente, e propõe inúmeras transformações no cenário urbano, nas áreas de infraestrutura, transportes, meio ambiente, social e instalações olímpicas⁶.

⁶ Estas categorias são as utilizadas pela prefeitura. Disponível no site <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/>. Acesso em abril de 2015.

A área de investimentos denominada como “social” pela prefeitura municipal, em que o Bairro Carioca está inserido, se divide entre os projetos 1) *Morar Carioca*, que visa a urbanização de todas as favelas da cidade até 2020, 2) *Programas Educacionais*, que se resumem à transformação da Arena do Futuro, onde se realizarão os jogos de handebol durante as olimpíadas, em escolas municipais com capacidade de atender 500 pessoas, 3) *Vilas Olímpicas*, que deixarão como “legado” dos jogos, espaços para prática de esporte em 20 bairros do município, e 4) *Ginásio Experimental Olímpico*, “uma escola em turno único que mescla atividades curriculares e esportivas e tem como objetivo a formação do aluno-atleta-cidadão”⁷.

Outro documento oficial importante para desenhar a conjuntura habitacional e urbana da cidade do Rio de Janeiro, que veremos mais detalhadamente no Capítulo 3, é o decreto número 34.522, de outubro de 2011, que “aprova as diretrizes para a demolição de edificações e relocação de moradores em assentamentos populares”. Ele estabelece “a necessidade de atualizar e uniformizar os procedimentos da administração municipal para a desocupação de áreas em assentamentos populares, necessárias à implantação de projetos de interesse público”, e apresenta o PMCMV como alternativa de relocação das famílias removidas.

Tanto o Plano Estratégico, como o projeto Cidade Olímpica e o decreto 34.522 representam as políticas públicas urbanas colocadas em prática na cidade, demonstrando que os dois mandatos de Eduardo Paes trouxeram o “problema favela” de volta ao debate.

Quando assumiu, em 2009, o prefeito deu uma entrevista à revista *Veja*, na qual diz que as remoções de favelas seriam a única solução em alguns casos. Ele propõe, nesta entrevista, que os moradores de favelas que deveriam ser removidas fossem relocados no subúrbio da cidade, pois,

Tem linha de trem, metrô, hospital, escola, rua asfaltada, água, esgoto e luz. Os moradores dessas regiões reclamam que ali só há intervenções para melhorar as favelas e que o bairro em si está completamente abandonado. É verdade. O subúrbio, que já foi o símbolo de um Rio pujante, se deteriorou. Ali, a lógica do

⁷ <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/ginasio-experimental-olimpico/>. Acesso em abril de 2015.

processo está invertida: áreas degradadas, como as favelas, vão ocupando e destruindo o tecido urbano consolidado. Meu sonho como prefeito é inverter esse fluxo, investir nos bairros e fazer com que a lógica da cidade formal passe a influenciar as áreas onde a favela avançou, possibilitando que haja um adensamento populacional civilizado (entrevista com Eduardo Paes, Revista Veja, maio de 2009)⁸

Os investimentos da prefeitura em habitação, desde então, são no sentido de realizar o “sonho” mencionado pelo prefeito, na medida em que ele demonstra certa insatisfação na ocupação do subúrbio por favelas. A legislação da cidade foi alterada, nos últimos anos, abrindo espaço para a realização das transformações desejadas pela atual gestão.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, aprovado em 2011, prevê, em seu Artigo 15, segundo parágrafo, que

Os moradores que ocupem favelas e loteamentos clandestinos nas áreas referidas no parágrafo anterior⁹ deverão ser realocados, obedecendo-se às diretrizes constantes do art. 201 desta Lei Complementar, do artigo 429 da Lei Orgânica do Município, observado os dispositivos do Art. 4º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001.

O art.201, mencionado no parágrafo acima, prevê que a política de habitação deve “produzir novas soluções habitacionais” e “incentivar a formação de parcerias com entidades públicas e privadas”, entre outras coisas. Portanto, os moradores de favelas e loteamentos clandestinos, devem, segundo o Plano Diretor da cidade, ser removidos e realocados em soluções habitacionais que preveem a parceria público privada.

⁸ Disponível em <http://pmdb.org.br/noticias/chega-de-demagogia-diz-eduardo-paes-em-entrevista-a-veja/>. Acesso em novembro de 2015.

⁹ Ou seja: áreas de risco; faixas marginais de proteção de águas superficiais; faixas de proteção de adutoras e de redes elétricas de alta tensão; faixa de domínio de estradas federais, estaduais e municipais; áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação da Natureza; áreas que não possam ser dotadas de condições satisfatórias de urbanização e saneamento básico; áreas externas aos ecolimites, que assinalam a fronteira entre as áreas ocupadas e as destinadas à proteção ambiental ou que apresentam cobertura vegetal de qualquer natureza; vãos e pilares de viadutos, pontes, passarelas e áreas a estes adjacentes; e áreas frágeis de encostas, em especial os talvegues, e as áreas frágeis de baixadas.

Na mesma entrevista mencionada acima, o prefeito diz que “estigmatizar a remoção é uma irresponsabilidade”. Se nos anos 1990 e 2000 as remoções de favelas foram estigmatizadas pelos movimentos sociais e postas de lado pelo poder público – como veremos no Capítulo 3 –, na atual gestão, voltam a se configurar como política habitacional, a ser realizada em parceria com o governo federal, através do PMCMV. Estima-se que 67.000 pessoas foram removidas entre 2009 e 2013 (AZEVEDO & FAULHABER, 2015: 36), o que representa cerca de 1% da população da cidade. Este representa outro ponto de semelhança com Pereira Passos, que removeu 20.000 pessoas, ou cerca de 2,5% da população à época.

Perlman (1977), ao analisar o mito criado em torno dos moradores de favela, que os descrevia como marginais, demonstra como ele foi útil para a criação de uma população marginalizada que passa a ser objeto de eliminação

A erradicação da favela expressa incompreensões básicas e as vezes, calculadas, a respeito dos favelados; para melhor compreendê-la, é preciso vê-la como um exemplo perfeito de política elitista levada a cabo às custas dos setores mais baixos, utilizando como justificativa a ideologia dos mitos da marginalidade. (PERLMAN, 1977: 235)

O estigma da remoção ao qual se refere o prefeito não se relaciona diretamente ao mito da marginalidade exposto por Perlman, mas traz questões semelhantes. A remoção de favelas foi estigmatizada socialmente durante algumas décadas, devido a atuação de movimentos sociais, justamente por carregar consigo a ideia de eliminação de parte pobre da população das áreas mais ricas da cidade. Alguns governos, buscando, entre outras coisas, evitar impopularidade, não retomaram este tipo de política. Mas Eduardo Paes traz um novo discurso acerca do tema, que propõe o renascimento da cidade formal e expansão econômica. Como afirma Magalhães (2012),

o termo “remoção” passaria a ser reincorporado e ressignificado: não seria mais possível pensá-lo como algo “autoritário”, como o debate público dos anos 1980 assim o traduziu, mas como uma forma de ação estatal que, além de equalizar e equilibrar o espaço urbano considerado em fragmentação, permitiria oferecer melhores condições de vida aos moradores que estivessem habitando áreas classificadas no interior dessa argumentação

como impróprias, seja por estarem situadas em “áreas de risco”, de proteção ambiental ou por serem “não urbanizáveis” (Ibid.:93).

Ou seja, se antes a justificativa às remoções estava atrelada a ideias higienistas, civilizatórias e reativas à ordem, como veremos em mais detalhe no Capítulo 3, o investimento do excedente de capital no espaço urbano é o foco das políticas habitacionais atuais. A cidade está sendo redesenhada através de relocações em conjuntos habitacionais em formato de condomínios como forma de oferecer à população acesso à cidade, e enquadrando-as em um perfil de classe média. Há a tentativa em se universalizar um “novo urbanismo”, como aquele descrito por Harvey (2012), que nega a pobreza na cidade e vê na classe trabalhadora um mercado em potencial.

Ainda que o discurso oficial da prefeitura do Rio de Janeiro se pretenda bastante popular, as políticas públicas colocadas em prática apenas transformam os padrões de segregação na cidade. Caldeira (2000), a respeito da segregação urbana em São Paulo, argumenta que ideais modernos de democracia, tais como “coexistência de diferenças não assimiladas” (Ibid.:307), foram bastante utilizados no desenho de algumas cidades onde existiu preocupação com habitação social, pois “promovem interações entre pessoas que são forçadas a confrontar seus anonimatos e os dos outros com base na cidadania e assim a reconhecer e respeitar os direitos iguais do outro” (Ibid.). Em cidades como São Paulo e Los Angeles, no entanto, estes ideais não encontram espaço, segundo Caldeira (2000), e o que se vê é o contrário, cidades que tem na segregação espacial – seja ela feita por muros ou quilômetros de distância – seu principal marco.

O tipo de segregação descrito por Caldeira, que organiza as diferenças de classe no espaço, se assemelha ao que Harvey (2013) observa nos processos de suburbanização dos Estados Unidos depois de 1945, e de Paris no Segundo Império. Segundo o autor, os processos de investimento urbano realizados nestes dois casos, são exemplos da “transformação radical no estilo de vida” das classes média baixas, que passam a ter acesso a casas e bens, ao tempo em que se afundam em dívidas.

Pelo mesmo caminho, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2015), ao analisar como os grupos sociais estão divididos no território do Rio de Janeiro, segundo a posição que ocupam na estrutura social entre 1980 e 2010, demonstra que algumas

alterações foram verificadas ao longo dos anos, como o aumento da diversificação de classes no espaço, “decorrente do espalhamento das camadas superiores” (RIBEIRO, 2015, sem página). No entanto, o autor também evidencia que a polarização entre classes se fortalece, com as classes superiores se auto segregando e as classes populares sendo segregadas por constrangimentos. Isto se dá, segundo Ribeiro, “sob o signo do capital mercantil”,

Por um lado, amplia os espaços para os grupos superiores, que se tornam cada vez mais concentradores dessas camadas sociais; por outro lado, altera a composição social dos espaços populares – polarizando-os ainda mais –, na medida em que o capital mercantil passa a requerer as posições sociais (operários da construção civil, dos serviços auxiliares, etc) que contribuem para viabilizar a apropriação territorial que os grupos superiores realizam na metrópole (Ibid.)

No Rio de Janeiro, o investimento no ambiente urbano devido aos jogos olímpicos é enorme, e seus impactos na urbanização da cidade seguem o mesmo padrão, uma vez que absorvem “as mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir em sua busca de mais-valia” (HARVEY, 2014:33). Nas margens da cidade, os efeitos do investimento do excedente de capital produzem outro fenômeno descrito por Harvey. O autor aponta para a suburbanização da classe média americana, que passa a viver em casas próprias, localizadas em condomínios customizados, e sugere que este tipo de fenômeno cria uma “vida sem alma”. Os empreendimentos monótonos de moradia, nestes locais, “recebem um antídoto no movimento do “novo urbanismo”, que pretende vender uma “réplica customizada da vida nas cidades” (HARVEY, 2013: 41).

No Brasil, os conjuntos habitacionais construídos atualmente, em parceria com o PMCMV, revelam a relação entre política pública de habitação social e mercado existente no país, despontando o que Shimbo (2010) denomina como *habitação social de mercado*. A autora, ao fazer um recorrido histórico acerca dos programas habitacionais do país, demonstra, com base na literatura analisada, que nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso a “ênfase na produção da habitação cedia lugar para o consumo da habitação” (SHIMBO, 2010:70), característica permanente atualmente.

O Programa Minha Casa Minha Vida prevê, na sua criação, a adesão aos princípios do Estatuto da Cidade¹⁰, e sugere que as empreiteiras responsáveis pela construção dos conjuntos habitacionais priorizem a construção em áreas urbanas consolidadas, por exemplo. No entanto, o Estatuto da Cidade também recomenda que os municípios sigam o zoneamento previsto em seu plano diretor, mas muitos municípios não o fazem, ou não regulamentam as leis necessárias para que ele seja possível. Dessa forma, a execução do PMCMV idealizado é obstruída, e os municípios e empreiteiras encontram nele possibilidades de maiores ganhos de capital.

A denominada gestão de alto desempenho da atual prefeitura do Rio de Janeiro expressa bem como os interesses do capital imobiliários influem na cidade. Desde 2009 já foram entregues, para a população mais vulnerável¹¹ do município, 35.955 unidades habitacionais, divididas em 64 empreendimentos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Unidades Residenciais PMCMV, Rio de Janeiro

Ano	Unidades Residenciais Total	0 a 3 salários	% destinada à Faixa 1
2009	19.996	9.942	49,7
2010	28.611	10.992	38,4
2011	12.471	4.243	34,0
2012	4.832	1.540	31,9
2013	7.411	2.688	36,3
2014	10.114	6.550	64,8
Total	83.435	35.955	43,1

Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, elaboração minha.

O PMCMV, que será mais detalhado no Capítulo 3, é criado com o intuito de oferecer habitação à população com faixa de renda de até 10 salários mínimos, ampliando o mercado habitacional brasileiro e o acesso a ele, especialmente para

¹⁰ Sua função é garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, o que significa o estabelecimento de “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (art.1º).

¹¹ Referente ao perfil definido pela Faixa 1 de atendimento do PMCMV, que atende a população que tem como renda familiar de 0 a 3 salários mínimos.

as famílias com baixa renda. Cardoso e Lago (2015), acreditam que o Programa “buscava claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção” (CARDOSO & LAGO, 2015). Isso porquê, segundo os autores, o programa teria sido criado, dentre outras coisas, como forma de mitigar os efeitos da crise de 2009.

Uma das características do PMCMV é oferecer ao setor privado grande parte das responsabilidades acerca dos empreendimentos construídos sob a marca do programa. O governo, representado pela Caixa, fecha acordo com empresas de construção que se comprometam a construir as unidades habitacionais definidas, respeitando uma determinada faixa de preço. Por exemplo, se o valor definido para a construção das unidades habitacionais destinadas à Faixa 1 for R\$ 50.000,00, a empreiteira terá que entregar as casas prontas por este valor, que inclui a compra do terreno.

A localização periférica de alguns conjuntos habitacionais, a baixa qualidade construtiva e a adoção do modelo “condomínio” são algumas das consequências deste acordo entre governo e setor privado, uma vez que a busca de lucro pelas empresas tem influência nas suas escolhas. A opção por adotar a forma de “condomínios”, por exemplo, vai além da oferta de um estilo de vida. Para as empreiteiras, este tipo de construção as isenta da responsabilidade de gerir a manutenção dos edifícios após a entrega aos moradores, o que as exime dos custos relativos a isso. Os moradores, após mudarem aos conjuntos, devem se responsabilizar pela gestão dos blocos de edifícios.

No Rio de Janeiro, grande parte dos conjuntos do PMCMV localiza-se em áreas afastadas do centro da cidade, pelos mesmos motivos expostos acima. As empresas buscam terrenos mais baratos, que ofereça maiores chances de lucro, e a população é realocada em locais distantes e sem infraestrutura urbana. O Bairro Carioca é uma exceção neste quesito, pois localiza-se em um bairro com infraestrutura de transportes, por exemplo, mas não foge à regra da busca de benefícios pela construtora. O terreno onde está localizado foi cedido ao governo, e, portanto, não significou fonte de custos à empresa responsável pela construção.

O que o PMCMV não leva em conta é que existem especificidades em relação aos tipos de segregação e desigualdades presentes na cidade. Oferecer condomínios

padronizados a diferentes populações e inseri-los em bairros também carentes de infraestrutura denuncia um tipo de visão que homogeneiza os problemas das periferias. Como solução, são oferecidas “políticas redistributivas para espaços periféricos (...) que ficam perdidas entre a evidente insuficiência do que é realizado e a irrelevância das iniciativas, diante do que deveria (e até poderia) ser feito” (MARQUES, 2005: 54).

Eduardo Marques (2005), ao buscar delimitar conceitualmente a segregação, considera que o termo engloba três processos diferentes: isolamento ou apartação, desigualdade de acesso (a políticas públicas, por exemplo), e finalmente o que o autor classifica como separação entre grupos – “quando há homogeneidade interna e heterogeneidade externa na distribuição dos grupos no espaço”. O autor acredita que

em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes uns dos outros como, por causa disso, ocorre um acesso diferenciado desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas consequências negativas para os grupos sociais segregados (MARQUES, 2005:35).

O acesso à cidade oferecido aos mais pobres, portanto, através da construção de conjuntos habitacionais homogêneos, sendo a maioria deles nas fronteiras urbanas, aumenta a segregação social. Cardoso e Lago (2015), concluem, após analisar os impactos da relação entre Estado e capital imobiliário na formulação de programas habitacionais no Rio de Janeiro desde 2000, que a adoção do padrão de condomínios para a oferta de habitação social

tem fortes implicações na negação da cidade, na privatização de espaços públicos, na segmentação do viário e da circulação, na criação de barreiras à mobilidade e, ainda, na ampliação e privatização dos custos de manutenção dos espaços públicos que deixam de ser de responsabilidade das Prefeituras e passam a ser geridos pelos condomínios (CARDOSO & LAGO, 2015: sem página)

O acesso à habitação pode ser enquadrado, então, na crescente terceirização dos serviços de garantias de direitos. Dagnino (2005) denomina como “confluência

perversa” o que ocorre a partir dos anos 2000, traduzindo o que considera a união dos interesses do Estado neoliberal às reivindicações populares, instrumentalizando o acesso à participação social. Além de retirar de sua responsabilidade a oferta de direitos sociais básicos, terceirizando-os, o Estado estaria regulando os acessos à participação pública, segundo a autora.

Rolnik (2009) aponta para a mesma direção, especificamente no que se refere ao desenvolvimento urbano das cidades brasileiras, que são afetadas “pela lógica política tradicional, fortemente estruturada no clientelismo, patronagem e controle por coalizões de interesses empresariais, reinventados no contexto urbano e metropolitano brasileiros” (ROLNIK, 2009: 37). Segundo a autora, a ausência de fronteiras entre legalidade e ilegalidade, assim como entre público e privado, seriam refletidas nas cidades. A escolha de setores empresariais para implementação de projetos urbanísticos, sem nenhum tipo de controle social, oferece, segundo a autora, a chance de lucratividade a eles, mas nenhum retorno positivo à população.

Por um viés similar, Maricato (2013) demonstra como o lançamento do PMCMV, em 2009, representou o esquecimento da agenda da reforma urbana brasileira, iniciada em 2001, com a definição do Estatuto da Cidade (que previa o cumprimento da função social da cidade), uma vez que atendeu a interesses do capital imobiliário, enquanto “os pobres foram expulsos para a periferia da periferia” (MARICATO, 2013: 40). Ou seja, o PMCMV representaria a terceirização da questão da moradia, deixando sob responsabilidade de empresários a construção de edifícios cada vez mais distantes do centro das grandes cidades.

Quando tomamos as críticas realizadas por Maricato (2013) e Rolnik (2009), no âmbito das políticas habitacionais brasileiras, observamos que ambas apontam para os padrões de segregação seguidos pelo governo, tanto espacial – quando localizados às margens das cidades, quanto administrativo – quando tira dos municípios a autonomia de gerir a moradia popular. Essa reflexão nos leva a questionar se os empreendimentos do PMCMV podem ser caracterizados como Agier (2015) classifica os campos de refugiados e acampamentos informais, ou seja, como espaços “colocados em *heterotopia*”, marcados por “separar, retardar ou suspender todo reconhecimento de uma igualdade política entre seus habitantes e cidadãos comuns” (AGIER, 2015: 46). Veremos, ao longo do capítulo 4, como

questões relativas ao reconhecimento de igualdades estão presentes no cotidiano do Bairro.

Rolnik e Maricato apontam também para outro fator importante, que diz respeito ao PMCMV: este programa foca essencialmente na produção de unidades habitacionais, e não na oferta de acesso à cidade propriamente dita. Da forma como a cidade do Rio de Janeiro se apropriou do programa, além de oferecer somente a unidade habitacional, ele também serve como oferta de moradia aos moradores removidos de áreas de risco e de interesse estatal. Em contraposição, na cidade de São Paulo, por exemplo, o plano de metas da gestão do prefeito Fernando Haddad prevê a construção de 55 mil unidades residenciais entre 2013 e 2016; sendo que destas, 25.473 foram ou serão atendidas no âmbito do PMCMV. Dentre estas últimas, 16.149 são destinadas à categoria Entidades, que é dirigida “a famílias de renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00 e estimula o cooperativismo e a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais” (Prefeitura de São Paulo, 2015). As demais unidades seriam construídas através de outros programas, tais como Urbanização de Favelas e Mananciais. Não há previsão de utilização do programa para reassentamento de população removida de favelas.

A efetivação destas políticas habitacionais tem efeitos também na forma urbana do Rio de Janeiro. O *subúrbio pujante* do Rio de Janeiro, também evocado na fala do prefeito Eduardo Paes, tem se estabelecido como um emaranhado de conjuntos habitacionais, devido não só às ações da gestão atual, mas de um histórico de políticas habitacionais que levam a isso. Nas proximidades do local onde se localiza o Bairro Carioca, antiga área industrial da cidade, existem diversos conjuntos, como o recém construído na área da antiga fábrica da CCPL (denominado Nova CCPL)¹², com 728 unidades habitacionais, e aqueles mais antigos, que pertencem ao Complexo de Manguinhos: CHP2, com uma população de 3.908 pessoas, o Conjunto Habitacional Nelson Mandela, com 3.101 moradores, e o Conjunto Habitacional Samora Machel, com 3.188 habitantes, entre outros. Além disso, nas proximidades do Bairro Carioca, se encontra o Complexo do Jacarezinho, alvo de

¹² <http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=2103491>. Acesso em Abril de 2015.

um investimento de R\$ 609.000.000,00, pelo PAC2, do governo federal, que prevê a realocação de várias famílias¹³.

A reconstrução do antigo subúrbio industrial do Rio de Janeiro, que antes estava sendo tomado por favelas, como colocou o prefeito, mostra como a cidade se apodera das significações políticas e as expõe em edifícios; as políticas habitacionais segregacionistas se expressam nestes conjuntos e no território, cada vez mais polarizado. Como diria Lefebvre, “a estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contem e incorpora na matéria sensível, as instituições, as ideologias” (LEFEBVRE, 1991: 60).

A formação territorial do Rio de Janeiro, cuja pesada herança ainda hoje reflete padrões clientelistas e escravistas, vai na contramão daquela que foi uma das condições para a formação das comunas que originaram as cidades. Weber (1999), ao analisar o surgimento das cidades medievais e da antiguidade, demonstra que sua existência decorre de certa organização estrutural, baseada no território. A delimitação do espaço onde os mesmos códigos valerão a todos os indivíduos que dentro dele vivam, é condição fundamental para a garantia das características do que se pode considerar cidade. O autor considera que

Pelo menos nas fundações de cidades novas, o cidadão entrava na comunidade urbana como indivíduo. Como indivíduo, prestava o juramento de cidadão. Pertencer pessoalmente à associação local da cidade, e não ao clã ou à tribo, garantia-lhe sua posição jurídica pessoal como cidadão (WEBER, 1999: 433).

Viver sob códigos comuns em um território delimitado é, então, condição fundamental para a existência das cidades. É através do pertencimento a um mesmo código moral que se normatiza a igualdade na cidade. O conceito de cidadania estaria, assim, imbricado ao de igualdade, uma vez que ele explicita o papel de cada indivíduo perante o acordo associativo da cidade.

Para DaMatta (1997), o conceito de cidadania implica “de um lado, a ideia fundamental de indivíduo (e a ideologia do individualismo), e, de outro, regras universais (um sistema de leis que vale para todos em todo e qualquer espaço

¹³ <http://www.emop.rj.gov.br/trabalho-tecnico-social/projeto-comunidade-do-jacarezinho/>

social)” (DAMATTA,1997: 66). Analisar como este conceito é colocado em prática, no entanto, implica também compreender que ele é “socialmente institucionalizado” – por leis, e “moralmente construído” (Idem: 67) – culturalmente.

O autor utiliza duas categorias sociológicas – a *casa* e a *rua* – para compreender a construção da cidadania no Brasil. A utilização dos conceitos de esfera privada e pública são fundamentais na análise do autor. Ele analisa de que maneira a sociedade brasileira se relaciona com os espaços público e privado, contrapondo com a relação estabelecida entre as mesmas categorias nos Estados Unidos. DaMatta (1997) acredita que uma sociedade igualitária é aquela onde, no espaço público, todos são vistos como indivíduos, e não como pessoas. Não deve existir, portanto, diferenciações em nenhuma hipótese. Ser cidadão é possuir os mesmos direitos e deveres de todos os demais indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade.

A desigualdade brasileira, e o conseqüente desmantelamento do exercício de um “tipo ideal” de cidadania no país, se dariam por conta da expressiva personificação na utilização do espaço público no país. DaMatta (1991) mostra como a sociedade brasileira está acostumada a, e vê necessidade de, hierarquizar as relações sociais quando busca a obtenção de direitos que seriam supostamente comuns a todos. O autor caracteriza a sociedade brasileira como extremamente relacional, ou seja, onde as relações sociais são mais importantes do que a participação em uma totalidade, necessária para a participação cidadã. O espaço público no Brasil é utilizado de maneira relacional, e não leva a um exercício democrático, uma vez que nele se expressam as desigualdades e não a igualdade subjacente a ideia de indivíduo.

Isaac Joseph (2005), a quem voltaremos nos próximos capítulos, também acredita que o espaço não é suficiente para levar à cidadania, “a passagem da urbanidade à cidadania não corresponde a uma consequência natural” (JOSEPH, 2005: 96). Ao analisar a importância da Escola de Chicago para a sociologia urbana no Brasil, este autor esclarece que a noção de ecologia proposta por esta escola, para a compreensão das cidades, ultrapassa a ideia de meio, e deve ser entendida como um fenômeno de concentração e mobilização. A ecologia urbana, para Joseph, “não tem por norma o equilíbrio, mas a troca e a irradiação” ao mesmo

tempo que a cidade “é algo esponjoso que atrai e repele ao mesmo tempo” (Idem:111).

Dito de outra forma, as cidades, em sua natureza, segundo Joseph (2005), contêm a ideia de integração, na medida que unem indivíduos diferentes sob os mesmos códigos, e por conseguinte também segregam, quando superpõem e amontoam a população em um mesmo território.

Unindo-se ao que propõe Joseph (2015), pode-se trazer o que Marcuse (1997) considera a respeito de segregação. Para este autor, diversos tipos de separação espacial reforçam a segregação social, uma vez que “integração significa algo mais que não-segregação: significa uma interação positiva, uma mistura, uma comunicação em andamento entre grupos” (Idem: 251).

É nesta medida que, neste trabalho, buscamos compreender em que grau a cidade do Rio de Janeiro “integra, desagrega, segrega e separa” para usar os termos de Marcuse (1997), as classes populares, em um contexto de transformação urbana radical e quando comparada a outras políticas urbanas realizadas no passado.

O Bairro Carioca, embora localizado em uma região próxima ao centro da cidade, se insere nas mais recentes políticas públicas urbanas levadas a cabo no município do Rio de Janeiro, e ainda que seja uma exceção no que se refere à localização, confirma a regra de segregação do PMCMV por vários aspectos, como será demonstrado ao longo deste trabalho. Veremos como ele se insere nas questões levantadas anteriormente, tais como: mercantilização do espaço público e segregação urbana.

2.3 O Bairro Carioca – de “Cidade Light” a “Condomínio popular”

O Bairro Carioca é um importante exemplo da empreitada de atualização de antigos projetos de cidade, tendo como pano de fundo não o início do capitalismo industrial, mas os efeitos dele. Seu projeto foi idealizado e colocado em prática durante o período de gestão de Eduardo Paes na prefeitura do Rio de Janeiro. É representativo do modelo de investimentos em habitação realizado por esta gestão, sendo inclusive utilizado como “vitrine” do PMCMV na cidade. É também

significativo dentro da discussão acerca do fio condutor do “novo urbanismo” de Harvey, tratado na seção anterior, que as obras realizadas na cidade seguem.

O terreno onde está construído, de cerca de 150 mil metros quadrados, entre Rocha e Jacaré, abrigava (a partir de 1930) o Departamento de Tração e Oficinas da companhia de energia elétrica do município – Rio Light (LOBO, 1991), denominada como “Cidade Light”¹⁴. O local chegou a contar com 2.000 trabalhadores, construindo e mantendo equipamentos, mas o espaço tornou-se insuficiente com o crescimento da cidade, e foi cedido¹⁵ ao município para a construção do Bairro Carioca. A utilização dos antigos galpões da Cidade Light no Bairro Carioca, onde hoje se localizam a escola e a nave do conhecimento, remetem ao passado industrial do início dos anos 1930.

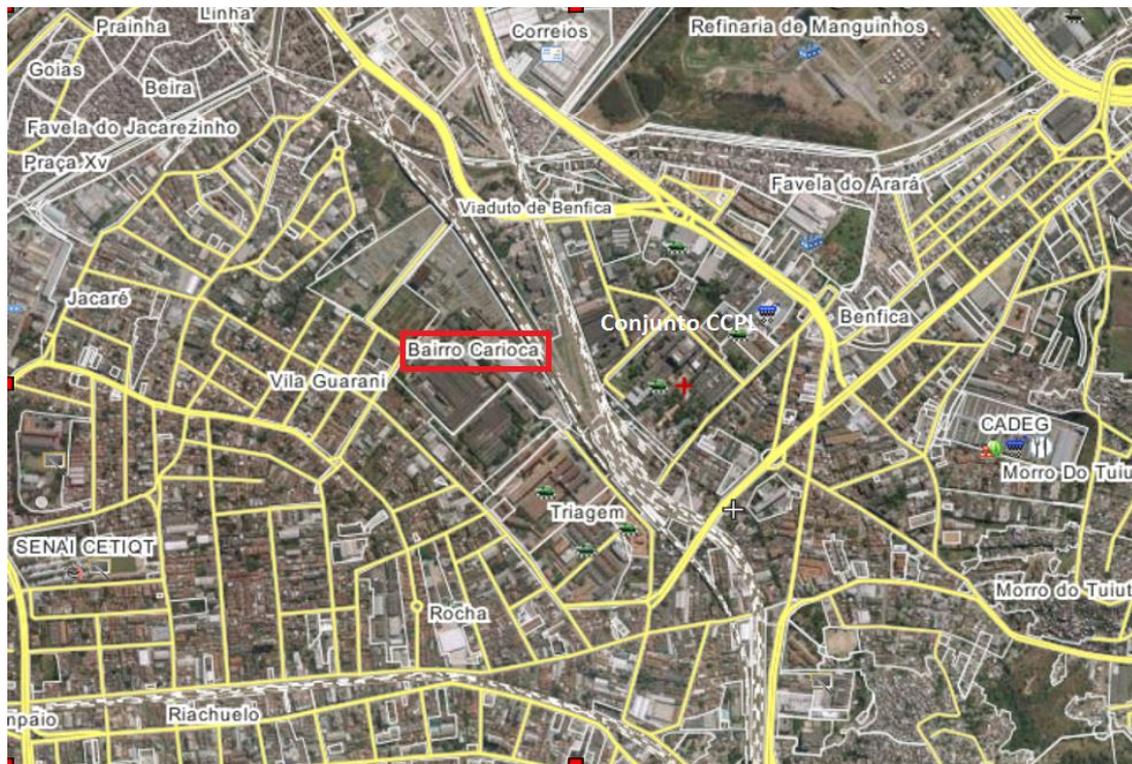
A “Cidade Light” compunha uma série de companhias que se instalaram na Zona Norte da cidade, num processo conhecido como “suburbanização industrial carioca” (CAVALCANTI & FONTES, 2011), que tem início na década de 1920, com a abertura da rodovia Suburbana, e seu ápice em 1946, com a construção da Avenida Brasil.

Na década de 1930 o Estado passou a intervir no processo de organização da cidade, determinando as áreas de localização industrial. Os bairros que faziam parte da zona industrial da cidade incluíam “a área tradicional de São Cristóvão e o novo bairro de Jacarezinho, indo até Bonsucesso” (ABREU, 1997: 101), onde atualmente está construído o Bairro Carioca. A imagem abaixo ilustra com clareza o local onde situa-se o Bairro e seu entorno.

¹⁴ Vídeo da prefeitura, apresentado por representante da Light, pode ser visto em <http://conexaolight.com.br/09/prefeitura-ergue-bairro-onde-existia-a-cidade-light/>. Acesso em abril de 2015.

¹⁵ A prefeitura do Rio de Janeiro e a companhia de engenharia responsável pela construção do Bairro Carioca, portanto, não tiveram que investir na compra do terreno, o que representa uma explicação para a localização privilegiada do empreendimento, como apontado na seção anterior. A maioria dos “condomínios” do PMCMV localizam-se nas fronteiras da cidade, onde os terrenos são mais baratos, o que aumenta a taxa de lucro das empresas construtoras. Mais detalhes acerca da organização do Programa Minha Casa Minha Vida e de sua execução na cidade do Rio de Janeiro são trazidos no Capítulo 3.

Imagem 1. Entorno do Bairro Carioca

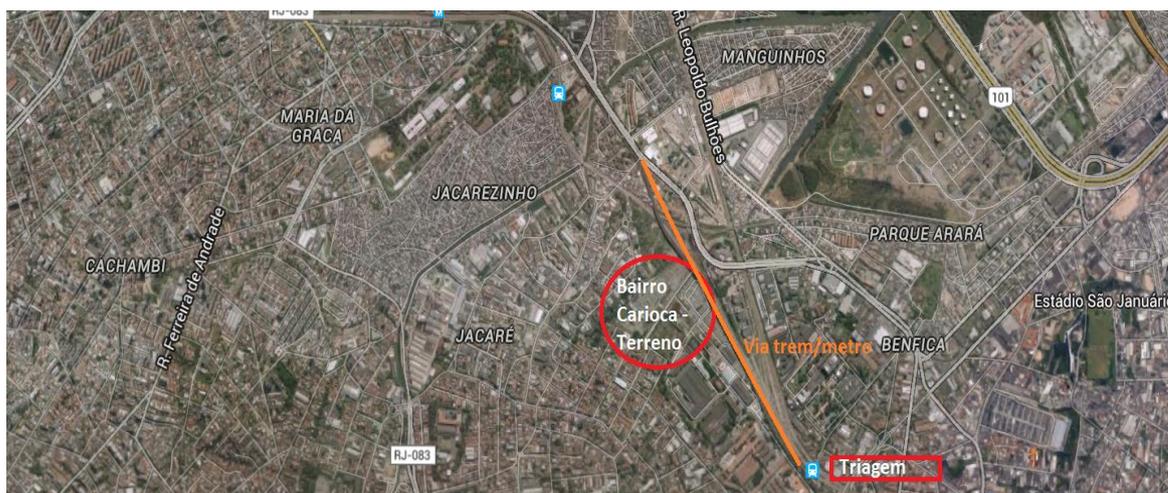


Fonte: Wikimapia, 2015.

Na parte superior da imagem, localiza-se o bairro de Jacaré, e na parte inferior, o de Rocha. Pode-se observar que o entorno do Bairro Carioca é constituído essencialmente por favelas e complexos, tais como Morro do Tuiuti, Favela do Arará, Favela do Jacarezinho, dentre outros, além do Complexo de Manguinhos, não visível na imagem. Ao lado oposto da linha de trem, encontra-se outro conjunto habitacional construído recentemente – Condomínio Nova CCPL, em referência ao terreno ocupado, onde existia a antiga CCPL (Cooperativa Central dos Produtores de Leite).

Na imagem a seguir pode-se ver com mais clareza a exata localização da linha de trem, e o entorno expandido do Bairro.

Imagem 2: Entorno expandido do Bairro Carioca



Fonte: Wikimapia, 2015.

O Bairro está, portanto, encravado na antiga área industrial descrita por Abreu (1997). Segundo este autor, no passado o bairro de Jacaré foi tomado por indústrias, sendo que praticamente todas as ruas do bairro abrigavam alguma. O autor demonstra que, além do zoneamento promovido pela prefeitura, as indústrias se instalaram no subúrbio com a intenção de se aproximarem de sua mão de obra. Ao mesmo tempo em que há um crescimento do número de favelas no subúrbio carioca, as indústrias se dirigem a ele em busca da força de trabalho, gerando um processo de crescimento populacional e industrial na região:

a localização de favelas nas proximidades das áreas industriais já era uma regra bastante comum, sendo que, em alguns casos, como o Jacarezinho, era mesmo um dos fatores determinantes da localização de algumas indústrias, que buscavam mão-de-obra farta, barata, e especialmente concentrada (ABREU, 1997: 103)

A aparência industrial do bairro de Jacaré e daqueles próximos a eles permanece na atualidade, nas fábricas abandonadas ou nas favelas que surgiram no interior dos empreendimentos abandonados;

O Complexo Industrial do Jacaré ocupava cerca de 15 ruas do bairro com indústrias de calçados, bolsas, farmacêuticas, de vidros, roupas, metalúrgicas, de café, entre outras. Com a crise econômica das últimas décadas do século XX, a maioria de suas

indústrias faliram ou tiveram as suas unidades reduzidas. Atualmente se verifica na região um grande número de galpões e prédios fechados, cercados por comunidades de baixa renda”¹⁶ (Portal GeoRio, 2015)

O Complexo de Manguinhos, também vizinho ao Bairro Carioca, é uma das localidades hoje atendidas pelo PAC (Programa de Aceleração de Crescimento). Sua formação histórica relaciona-se às antigas políticas habitacionais da cidade, que instauraram ali conjuntos habitacionais provisórios, como o CHP2 (Conjunto Habitacional Provisório 2) e o Conjunto Nelson Mandela.

Cavalcanti (2013) demonstra como o Estado tem papel fundamental na construção desta região: “Manguinhos se revela não como uma região da qual o Estado é ausente, mas como um espaço que tem funcionado como laboratório para as políticas de habitação de baixa renda” (CAVALCANTI, 2013: 196). Atualmente, segundo a autora, a postura experimentalista do Estado permanece, posto que

com as obras do PAC, antigos espaços industriais irregularmente ocupados foram oficialmente incorporados como comunidades do Complexo de Manguinhos, formalizando consideravelmente suas relações com o Estado (Ibid.).

A aparência industrial da região, mantida no interior do Bairro Carioca, através da reutilização dos antigos galpões da Light, o difere da maioria dos projetos que estão sendo construídos dentro do PMCMV. Segundo entrevista dada por Cristiane Guinâncio, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UNB), ao jornal *O Globo*, o uso dos dos galpões que abrigavam os escritórios da Light para a instalação da Nave do Conhecimento

favorece o encontro, com potencial para promoção e fortalecimento de laços sociais na comunidade. Não se vê este tipo de equipamento em muitos projetos de habitação popular (Cristine Guinâncio, em entrevista ao *O Globo*, 12/11/2011)

¹⁶ http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main_bairro.asp?area=051. Acesso em maio de 2015.

Em outra declaração obtida no mesmo jornal, um dos representantes da STA Engenharia – empresa responsável pela construção de parte do complexo de edifícios – demonstrou sua crença em que o caráter industrial do Bairro poderia contribuir para que os moradores construíssem vínculos com o local. Segundo o entrevistado, “a preservação da memória e da diversidade arquitetônica contribui para despertar o vínculo com o lugar”¹⁷.

Ao adentrar o Bairro, no entanto, a memória industrial se faz mais presente nos muros da antiga fábrica, que ainda o cercam, do que propriamente na arquitetura dos edifícios. Os prédios seguem o modelo construtivo comum a vários empreendimentos de habitação pública, que se utiliza de padrões iguais de construção, diferenciando-os do seu entorno. Esse padrão comum talvez não desperte o vínculo com o lugar de maneira tão automática, como acreditava o entrevistado pelo *Globo*, e a memória arquitetônica industrial da região tampouco contribuiria neste processo.

Durante a primeira visita realizada ao Bairro, mais especificamente à escola, em março de 2015, um funcionário resumiu bem a sensação de entrar em um condomínio fechado e separado de seu entorno. Ele descreveu o Bairro como um “corredor entre Rocha e Jacaré”, dizendo ainda que o local contava com duas entradas, uma delas próxima ao metrô, e outra não recomendada, ao lado de favelas (próximo ao Jacarezinho) – “melhor você não passar por lá”, disse ele. Chama a atenção a comparação de um bairro a um corredor, com entrada e saída, encontrada em outras falas (“a Clínica da Família fica na entrada do bairro”). O empreendimento não consegue se integrar ao espaço urbano – o que exigiria uma visão urbanística preocupada com isso – pois sua construção diferenciada do restante da cidade e o histórico de estar localizado em uma antiga área industrial dificultam este processo.

Para a ocupação do Bairro Carioca, eram estimadas 10.000 pessoas, uma média de 4,5 habitante por unidade habitacional. Essa característica o contrasta ainda mais de sua vizinhança. Tanto Rocha quanto Jacaré, bairros vizinhos ao Carioca, são pequenos; o primeiro contava com 8.766 habitantes em 2010, e o segundo com 9.276, no mesmo ano (IBGE, 2010).

¹⁷ Matéria publicada em 12/11/2011 <http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/bairro-carioca-esta-sendo-erguido-em-antigo-complexo-da-light-3226642>. Acesso em abril de 2015.

Os condomínios do Bairro Carioca foram entregues aos moradores em diferentes momentos, conforme a liberação da construtora. Desta forma, quando os primeiros habitantes chegaram, as obras não estavam totalmente finalizadas. Os primeiros moradores se mudaram em julho de 2012, quando 640 apartamentos, de 2.240, foram entregues. Cada um dos 11 condomínios que compõe o Bairro, denominados Condomínio Carioca I a XI, conta com gradeamento próprio e salão de festas com churrasqueira. Os apartamentos, todos iguais e medindo 45 m², são formados por dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Do total de apartamentos, 76 são destinados aos deficientes físicos, com melhor acessibilidade a pias e maior largura de portas. Cada um dos blocos (são 112 no total) possui 5 andares, sendo que nenhum deles possui elevador.

Os moradores do Bairro são provenientes de diversos bairros cariocas e até mesmo de Niterói. Grande parte deles foi reassentada na localidade por antes viver em áreas de risco, como nas proximidades de rios ou encostas.

O projeto do Bairro Carioca, além de ser parte do “Cidade Olímpica”, é também parte da parceria municipal com o governo federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. São 64 empreendimentos do PMCMV no Rio de Janeiro, sendo grande parte deles distantes do centro da cidade, ou localizados dentro de favelas, quando mais próximos. A adjacência ao centro é um diferencial do projeto analisado. Todos estes empreendimentos, vale dizer, são destinados à população mais pobre, caracterizada como pertencente à Faixa 1 de financiamento, que abarca rendas de 0 a 3 salários mínimos.

A forma urbana seguida pelos empreendimentos do PMCMV se assemelha aos padrões construtivos tradicionalmente utilizados em conjuntos habitacionais, e nos remete ao histórico da construção de empreendimentos deste tipo no Rio de Janeiro. O período de 1930-1964 é significativo, pois a população da cidade cresce de maneira espetacular¹⁸, e os conjuntos passam a fazer parte da caracterização da cidade, como veremos no capítulo 3.

De acordo com Abreu (1997), durante este período (1930 – 1964), as políticas habitacionais, primeiro de um governo populista, e depois pela via autoritária, contribuíram para dar a forma urbana do Rio de Janeiro. No período posterior a

¹⁸ Em 1920 a população da cidade era de 1.157.873 habitantes. Em 1960 este número atinge 3.307.163 pessoas. Fonte: IBGE, Séries Históricas.

esse, e marcado pelo autoritarismo, as políticas urbanas tornam-se mais repressivas, e há um movimento agressivo de separação de classes no espaço urbano.

A aparência dos conjuntos habitacionais, marcada pela utilização dos mesmos padrões arquitetônicos em praticamente todos os empreendimentos, é notadamente objeto de crítica, como visto. No entanto, alguns empreendimentos têm atualizado sua construção com conceitos caracteristicamente associados à classe média, como gradeamento dos blocos em formas de condomínios e salão de festas, como no caso do Bairro Carioca.

Estas características são as responsáveis pelo cunho de “condomínios populares”, trazido por Wellington Conceição (2014), de forma a diferenciar os empreendimentos do PMCMV dos antigos conjuntos habitacionais

apesar das semelhanças, como a presença de moradores removidos de favelas, a pertença a uma mesma classe social (sem desconsiderar a heterogeneidade das condições econômicas dessas famílias) e a ação do governo como agente que remove e realoca tais pessoas, pude perceber (...) que a categoria utilizada para definir as experiências anteriores de moradia popular não davam conta (...) das particularidades inerentes a essa nova forma de habitar, tanto no que se refere a forma de gestão da política pública como as formas de sociabilidades encontradas entre seus moradores (CONCEIÇÃO, 2014: 4).

Mais adiante, no Capítulo 3, a diferença entre o modelo de habitação proposto pelo PMCMV e aquele seguido para a construção de antigos conjuntos habitacionais, tais como os idealizados pela Companhia de Habitação (COHAB) e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), será trazido à tona, quando se discutirá como o Bairro Carioca se insere na política habitacional carioca atual. Por ora, basta mostrar que as características construtivas do Bairro trazem modelos que se assemelham aos tradicionais conjuntos habitacionais – como a aparência padronizada, um número limitado de andares – mas incorporam a isso formas de organização comuns aos condomínios de classe média, como a disposição dos edifícios em blocos denominados condomínios e geridos pelos próprios moradores, que arcam com os custos de manutenção dos prédios.

O acesso aos serviços públicos oferecidos no Bairro poderia ser considerado um avanço, por parte do Estado, em oferecer a possibilidade, aos moradores, de

“ampliação de sua pauta de direitos” (BURGOS, 2005, p.51), uma vez que nas favelas onde moravam anteriormente, grande parte delas em área de risco, a infraestrutura existente não oferecia acesso à saneamento básico, por exemplo. Por outro lado, a mudança destas pessoas significou também seu distanciamento de redes sociais, uma vez que não foram respeitadas relações de vizinhança, e sua inserção em uma comunidade nova, onde distintas formas de convivência tiveram que ser criadas.

A adaptação ao novo local de moradia favorece a constituição “de relações de poder e lógicas territoriais muitas vezes contraditórias, produtoras de formas de exercício de soberania específicas sobre certos lugares do espaço urbano” (CAVALCANTI, 2013: 194). No Bairro Carioca, desde o início da ocupação pelos moradores, há uma disputa entre facções do tráfico e milícia para o controle do espaço, que, por ser bem localizado, é bem valorizado como ponto comercial de drogas e de influência dos bairros vizinhos.

Exemplos desta lógica são mostrados em reportagens veiculadas na imprensa carioca. Uma série de reportagens do jornal *Extra*, por exemplo, indica que os 64 empreendimentos do Rio de Janeiro estão dominados pelo crime organizado¹⁹; e reportagem do jornal *O Dia* informa que traficantes são vistos circulando pelo Bairro Carioca²⁰. A presença do tráfico e da milícia nos condomínios do PMCMV traz ao debate a possível estigmatização destes locais como “favelizados”. Brum (2003), ao analisar o conjunto habitacional Cidade Alta, mostrou como a ocupação deste bairro pelo tráfico e a posterior exposição disso na mídia passou a caracterizar o local como favela.

Levanta-se assim, a questão de até que ponto o Bairro Carioca se diferenciaria daquilo que Burgos (2002) diagnosticou como sendo característico do microsistema da favela, ou seja, aquele que “cria mecanismos para a incorporação social de seus moradores – ao mercado de trabalho local e ao mercado de bens públicos -, ao mesmo tempo em que reduz sua autonomia política, obstruindo sua participação na *polis*” (BURGOS, 2012: 28).

¹⁹ <http://extra.globo.com/casos-de-policia/todos-os-condominios-do-minha-casa-minha-vida-no-rio-sao-alvos-do-crime-organizado-15663214.html>. Acesso em abril de 2015.

²⁰ <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-10/traficantes-circulam-por-bairro-carioca-em-triagem.html>. Acesso em abril de 2015.

As políticas de remoção e reassentamento promovidas pelo Estado tem como fio condutor, como será visto com mais detalhe adiante, a oferta de “vida digna” à população vulnerável das favelas. Os projetos voltados a isso foram repensados e reinventados ao longo dos anos na tentativa de tornar mais atraente a vida nos conjuntos habitacionais, pois verificou-se, com certa frequência, o abandono dos novos locais de moradia e o retorno às favelas, como mostrou Valladares (1978).

No entanto, como será possível verificar ao longo deste trabalho, a forma como vem sendo construídos e mantidos os conjuntos habitacionais do PMCMV demonstram certo abandono, como apontado no capítulo 4. O poder público oferece as unidades habitacionais, mas o formato condomínio e a forma desorganizada com que as unidades são distribuídas acaba por criar uma situação de precariedade bastante generalizada. Os moradores são obrigados a arcar com gastos não planejados em seu orçamento, para a manutenção dos edifícios e dos condomínios, a medida em que o Estado se redime de sua responsabilidade neste sentido. Os moradores, além disso, têm que reconstruir suas redes de amizade e relacionamento por conta das relações de vizinhança não terem sido consideradas à época da mudança.

O Relatório de Avaliação do PMCMV na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, produzido pelo Observatório de Metrôpoles em fevereiro de 2015, considera que o padrão construtivo que guia os novos empreendimentos do PMCMV, implantando os condomínios gradeados, “limita a inserção dos empreendimentos no tecido urbano pré-existente” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015: 264).

Ao longo deste capítulo, vimos como as questões que podem ser levantadas ao analisar este Bairro e sua inserção nas políticas públicas habitacionais atuais remetem ao desafio político de integrar socialmente o espaço urbano. Ainda que o Bairro Carioca possa ser considerado parte da “cidade formal”, uma vez que se insere no tecido urbano reconhecido pelo Estado, também apresenta características que o assemelham ao referencial de “cidade informal” caracterizado por “antônimos de cidade e de tudo que a ela modernamente se atribui: urbanidade, higiene, ética do trabalho, progresso e civilidade” (BURGOS, 2009: 190). A partir desta constatação, se verifica que a integração da cidade não se dá pela união de espaços no território, mas pelo uso do espaço urbano, como apontava Lefebvre

(1991). Ou seja, a segregação urbana que está sendo produzida no Rio de Janeiro é muito mais social do que espacial, ainda que este fator seja bastante presente.

Ao longo do próximo capítulo veremos como as políticas habitacionais voltadas à remoção e ao reassentamento de seus moradores, adotaram a categoria favela como “cidade informal”; e as características a ela atribuídas como justificativa para sua eliminação. Buscaremos então avaliar em que medida a renovação das políticas urbanas atuais, dentre elas o Bairro Carioca, atuam nas relações sociais da cidade.

3. Políticas Habitacionais e o Bairro Carioca

Neste capítulo, abordo as distintas análises realizadas acerca das políticas habitacionais voltadas para a solução do “problema favela” no Rio de Janeiro, situando-as no contexto nacional. Isso porquê, o Bairro Carioca está inserido na mais recente política pública de oferta de moradia no país, o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, que tem como um de seus usos, oferecer unidades habitacionais à população originária de favelas que se encontravam em área de risco ou em locais destinados a obras de infraestrutura da cidade.

Como observado no Capítulo 2, o Bairro Carioca se insere em um novo capítulo da história das remoções no Rio de Janeiro, relacionado à valorização imobiliária de áreas da cidade até então favelizadas. Como mencionado, a gestão de Eduardo Paes é responsável pela remoção do maior número de pessoas na história da cidade. Veremos como as remoções da cidade se desenrolaram ao longo dos anos, sendo justificadas por diferentes razões, até chegar onde estamos atualmente.

Esta remontagem do histórico de remoções é importante para demonstrar que as justificativas para este tipo de política pública não são lineares, mas tem em comum a ausência de reconhecimento de “igual valor” entre os habitantes da cidade. O histórico da atuação do Estado nas favelas da cidade é significativo para a atualidade.

O atual contexto de financeirização do espaço público da cidade reatualiza as remoções e cria novas saídas para o reassentamento da população favelada, como os condomínios do Minha Casa Minha Vida, que podem ser definidos como a forma periférica da modernização da cidade do Rio de Janeiro.

3.1. Análise das políticas habitacionais cariocas voltadas às favelas

Frequentemente, a realidade das favelas cariocas é descrita por características como excesso de população, habitações pobres ou informais, insegurança da posse da moradia, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias precárias. O caráter físico da descrição não se dá ao acaso, mas evita tocar nas dimensões sociais da favela, que por sua vez, são mais difíceis de medir (DAVIS, 2006).

Desde o início do surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro, datado no início do século XX, os termos utilizados para descrevê-las não se transformaram muito, sendo que podemos, inclusive, propor a existência de um certo círculo vicioso de denominações, que se repetem de tempos em tempos. Foi assim que ocorreu com a descrição destes espaços como locais de saneamento precário e passíveis de políticas higienistas, por exemplo, como veremos a seguir.

Lícia do Prado Valladares (2005) busca remontar a história do surgimento e evolução das favelas no Rio de Janeiro não pela tradicional periodização, como em diversas análises já feitas, mas no intuito de “construir uma sociologia da sociologia das favelas” (p. 23), através de uma linha histórica simbólica, que perpassa 1) o mito de origem, 2) o momento de transformação da favela em problema social e urbanístico, 3) a época em que passa a ser encarada como um problema administrativo, e 4) um último período, em que a favela passa a ser definida através de dados estatísticos oficiais.

As diversas políticas remocionistas que o Estado do Rio de Janeiro promoveu desde o surgimento das favelas estão intimamente relacionadas a essa periodização. Se a origem das favelas se dá no ano de 1897, e remonta a uma história de luta e resistência em Canudos, é somente quando reconhecida como problema pelo Estado, por volta de 1920, no segundo momento apontado por Valladares, que as políticas de remoção começam a tomar forma.

Desde então, diversas têm sido as justificativas utilizadas para promover a remoção de favelas, o que demonstra que o Estado tende a enxergá-las como locais transitórios de moradia, passíveis de políticas públicas que visam transferir as pessoas que ali vivem a locais tidos como permanentes, dentro dos padrões reconhecidos pelo governo.

O início das políticas habitacionais remocionistas voltadas às favelas do Estado do Rio de Janeiro datam da primeira metade do século XX, como apontado no Capítulo 2. Ainda que não utilizassem o termo remoção, tinham como justificativa a abertura de grandes avenidas de circulação na capital, em locais onde as favelas eram consideradas uma “lepra da esthetica” (VALLADARES, 2005: 25, Apud. Pimenta, 1926) e onde atralhariam os traçados imaginados para tais vias.

Os primeiros bairros populares, ou favelas, construídos na cidade do Rio de Janeiro, foram erguidos por trabalhadores atraídos pelo mercado crescente de trabalho na cidade, que trouxe também um aumento no custo de vida e uma

consequente diminuição da oferta de habitações em preços viáveis para a classe trabalhadora de baixa renda.

Durante as décadas de 1920 a início de 1930, o discurso de erradicação de favelas começa a tomar forma, combinando o lado higienista ao de urbanização modernista, de forma que a campanha ganha foco midiático e político rapidamente. Valladares (2005) recupera, inclusive, documentos que demonstram que Mattos Pimenta, membro do Rotary Club e importante personagem “dos negócios no Rio no final dos anos 1920” (Ibid.:41), chega a produzir um filme de 10 minutos denominado “As Favellas”, onde mostraria uma visão dantesca destes locais, que é exibido ao presidente da república à época, contribuindo para que o estereótipo se firmasse como verdade.

No entanto, até o governo de Getúlio Vargas, a preocupação estatal em construir casas para a população necessitada não era uma questão apresentada. A opção popular de residências vinha do setor privado, com a construção de vilas operárias, que geravam lucros e eram estimuladas pelo governo através de isenção de impostos. A partir da Revolução de 1930, o governo populista traz a questão da necessidade de oferecer propriedade de moradia e alimentação adequada aos trabalhadores.

Segundo Bonduki (2013), que analisou as origens da habitação social no Brasil, este governo via na oferta de moradia popular uma “condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país”. Além disso, havia o entendimento que a oferta de moradia seria essencial para a criação de trabalhadores “padrão”, que significavam sua “base de sustentação política” (BONDUKI, 2013: 73).

Esta passagem da responsabilidade pela construção de habitações populares do setor privado para o público não é feita de maneira aleatória, ainda segundo Bonduki (2013). Havia uma crise no modelo proposto até então, e a responsabilização do Estado e dos trabalhadores vinha de encontro ao desejo da elite de eliminar a população mais pobre dos centros urbanos, “a novidade não era o modelo proposto, mas a estratégia e o encontro entre as aspirações ideológicas e as necessidades econômicas do empresariado” (Idem:77).

Neste sentido, existe uma grande similaridade com as políticas habitacionais colocadas em prática a partir do governo Lula e da criação do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009. Veremos, na próxima seção, como este programa é criado

com intuito de estimular a economia, aproximando-se daquilo realizado no Estado Novo, que procurou intensificar a industrialização, reduzindo os custos da mão-de-obra, que passam a ter moradia subsidiada.

Nota-se que as políticas habitacionais deste período são direcionadas aos trabalhadores assalariados. O direito à habitação, assim como a serviços sociais básicos, era destinado aqueles com carteira assinada.

A construção de moradias específicas para o reassentamento da população favelada é prevista somente em 1937, quando foi aprovado o quarto Código de Obras do Rio de Janeiro, que duraria até 1970. Nele, se “preconiza a eliminação das favelas e sua substituição por novos alojamentos de acordo com as normas de salubridade” (VALLADARES, 2005: 53). A política de oferecer residências padronizadas é posta em prática com a construção dos Parques Proletários, para onde foi transferida uma pequena parcela da população favelada à época, e onde se propunha civilizar os moradores – “pré-cidadãos, os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (BURGOS, 2003: 28).

Dentro desta premissa de transformação pela moradia, alguns conjuntos habitacionais da época, voltados à moradia de trabalhadores públicos, procuraram unir modernização e educação popular em seu projeto. Foi o caso do Edifício Pedregulho, mencionado no capítulo 2. Affonso Reidy e Carmem Portinho, responsáveis por seu projeto e construção, incluíram na proposta “serviços que lhe permitia certa autonomia, como a escola, o centro e o símbolo de sua proposta de ação reeducadora no habitar” (BONDUKI, 2013: 139). A *ação reeducadora no habitar*, incluía atividades com assistentes sociais, que ensinavam aos moradores novos hábitos e as melhores formas de uso do edifício.

Este exemplo de conjunto habitacional e os Parques Proletários tinham em comum o enfoque transformador que a moradia poderia oferecer. Ainda que a proposta do Pedregulho esteja mais relacionada a um ideal de educação, e menos de controle, ambos projetos trazem em sua concepção a necessidade de preparação da população mais pobre para um novo tipo de vida, condizente com o projeto de desenvolvimento do país, de progresso e industrialização.

Os dois projetos também têm em comum a forma de direcionamento do olhar para a pobreza urbana. Das e Randeria (2015) mostram como as políticas públicas voltadas ao tema geram divisões internas que inserem os pobres urbanos em duas

categorias: mercedores ou não de ações estatais; ou entre o “proletariado, visto como o motor da história, e o resto (lumpenproletariado, por exemplo), que são percebidos como totalmente incapazes de engajarem-se politicamente” (Idem: 4).

Durante o período de expansão da construção de conjuntos habitacionais para os trabalhadores, iniciado na Era Vargas, esta divisão estava colocada. Nos anos 1940, foram construídos 618 condomínios financiados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, somente no Rio de Janeiro (capital do país, à época) (BONDUKI, 2013:105). O beneficiamento de trabalhadores formais versus a forma como era tratada a habitação aos favelados mostra “uma linha divisória entre os cidadãos com direitos sociais, entre os quais os trabalhadores assalariados, e os subcidadãos, que não tinham lugar na nova ordem social” (Idem: 109). Aos favelados, restaria uma educação civilizadora que os prepararia para a vida social.

A caracterização moral dos favelados passa a aparecer com mais força nesta mesma década, e são realizados recenseamentos, com apoio de assistentes sociais, que possibilitariam a implantação de políticas específicas para este público. A Fundação Leão XIII, que seria responsável pela “assistência material e moral dos habitantes dos morros e favelas” (BURGOS, 2003: 29), juntamente com a Igreja Católica, contribuem para um ideal de relação comunitária nas favelas, de harmonia entre os moradores, apoiando a construção de escolas e associações. Este ideal se mantém durante algumas décadas, e é evocado atualmente como parte da idealização da favela como comunidade, como veremos no capítulo 4.

Dentro desta perspectiva moral, nos anos 1960 um estudo é realizado no intuito de melhor conhecer o “mundo da favela”. Concretizado pelo jornal O Estado de São Paulo, mas idealizado pelo Padre Lebrecht, expoente religioso humanista francês, o relatório SAGMACS (1960) torna-se referência por ser a primeira análise independente (sem relação com o governo do Estado) realizada acerca do tema. Conhecer a vida nas favelas, a intimidade dos favelados e sua concepção de vida foram as informações que o Relatório SAGMACS procurou trazer, de maneira a explicar o processo social que dá origem e caracteriza as favelas. A partir dele a favela passa a ser vista mais como uma questão social do que uma “lepra” a ser eliminada.

No entanto, Carlos Lacerda, candidato ao governo do recém-criado Estado da Guanabara²¹, não compartilha a visão humanista daqueles que elaboraram o estudo, e ao ser eleito, dá início à política remocionista no Estado – utilizando-se oficialmente da palavra remoção. Cria a COHAB (Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara), que passa a ser a responsável pela área de habitação no governo, tendo como meta remover as favelas como solução aos problemas de moradia no Estado.

As primeiras remoções do governo Lacerda tiveram como justificativa a utilização dos terrenos para realização de obras públicas, mas logo foram direcionadas a terrenos de alto valor imobiliário, como no caso da favela do Pasmado, em Botafogo, cujos moradores foram reassentados em Villa Kennedy, na zona norte da cidade.

A partir do momento em que passam a viver nos conjuntos habitacionais, os moradores têm a obrigação de cumprir algumas regras, e apresentam dificuldade em pagar as dívidas impostas. Valladares (1978) mostra como estas questões fizeram com que diversas famílias abandonassem os conjuntos habitacionais e voltassem às favelas, ou passassem a alugar seus apartamentos, por não conseguir pagar a mensalidade do imóvel. Voltar à favela não era uma alternativa fácil, segundo a autora, pois ali deveriam adquirir um novo local para morar, arcando com ainda mais dívidas.

A tentativa do Estado em obrigar a permanência das famílias nos conjuntos habitacionais, através de termos contratuais e uma estrutura administrativa-financeira que endividava as famílias removidas, não funcionou, e a favela mostrou-se como “a possibilidade mais viável e econômica para as camadas de baixa renda da grande cidade” (VALLADARES, 1978: 81). A estratégia atual do PMCMV, como veremos na próxima seção, visa facilitar o pagamento das dívidas, com a mensalidade calculada segundo a faixa salarial das famílias, justamente como uma tentativa de minimizar este tipo de questão apresentada no passado.

Em 1964, o governo federal cria o Banco Nacional de Habitação – BNH, responsável por financiar a construção de habitações populares de forma a “resolver

²¹ Em 1960, o Rio de Janeiro deixa de ser capital da República, sendo este título transferido à Brasília.

o ‘problema-favela’ e ‘aquecer a economia’” (BRUM, 2012: 85), unindo, dessa forma, “a fome com a vontade de comer” (Ibid.).

Como mencionado, este programa estava mais preocupado em aquecer a economia do que propriamente projetar habitações sociais inclusivas. Betânia Alfonsin (1997) enxerga este período como agravante da segregação espacial brasileira

A política habitacional da época, na prática, acabou se resumindo à produção de moradias para a população tanto de classe média, em um desvio original do Banco, quanto de baixa renda; neste último caso, construía-se habitações de qualidade questionável, localizadas na periferia das cidades [...] Hoje, sabemos que esta concepção de trabalho na área da habitação além de não ter resolvido os graves problemas das cidades e, principalmente, da população de baixa renda, em muitos casos agravou-os, pelos efeitos perversos da segregação espacial (ALFONSIN, 1997: 21)

A periferização das moradias populares, somadas à ditadura militar, levaram ao enfraquecimento das lutas populares pela urbanização das favelas, contra as remoções, esvaziando-se a possibilidade de resistência frente às políticas públicas então exercidas.

Somente a partir dos anos 1980 as favelas passaram a ser reconhecidas oficialmente e a aparecer nos mapas oficiais do município. Como mostram Azevedo e Faulhaber (2015), “apesar de existirem registros de favelas desde o início do século XX, até 1984 as favelas não eram reconhecidas *de jure*, ainda que existissem de fato” (Idem: 35). Foi nesta década que políticas de urbanização começam a tomar forma no Rio de Janeiro, e muitas famílias passam a ter acesso a serviços públicos básicos, através de programas do governo Brizola.

Nos anos 1990, o “Favela-Bairro” proporciona um alívio para os moradores das favelas, de forma a afastar o medo das remoções. Através dele, o governo de César Maia procurou intensificar as políticas públicas de urbanização.

É também a partir dos anos 1990 que há uma virada na forma como o olhar sobre a favela é construído. É a partir desta década que Márcia Leite (2012) define o período de percepção da favela como lócus de violência. Se entre 1990 e 2000 as favelas cariocas eram tidas como territórios rendidos ao tráfico e à violência, nos

anos 2000 a política pública voltada a isso, no Estado do Rio de Janeiro, foi a instauração das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que acaba por minimizar o foco dado às remoções, segundo Leite (2012).

No âmbito federal, a partir dos anos 2000 a questão habitacional ganha impulso com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001. Ele oferece respaldo constitucional a uma nova maneira de realizar o planejamento urbano, sendo sua função garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, o que significa o estabelecimento de “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (art.1º).

Além desta lei, foram implantadas a Medida Provisória nº 2.220/2001 – que oferece posse de terra/imóvel àqueles que ocupam uma área de até 250 metros quadrados por no mínimo cinco anos, dentre outras coisas – e a Lei nº 11.977/2009 – que instaura o Programa Minha Casa Minha Vida. Ambos incentivaram a regularização fundiária de assentamentos precários e urbanização.

O Programa Minha Casa Minha Vida nasceu com o intuito de proporcionar habitação para a população com renda de até 10 salários mínimos. A iniciativa buscou, além disso, impulsionar o quadro econômico do país, à época atingido pelos efeitos da crise econômica que afetava diversos países. Para tanto, o Governo Federal se uniu à iniciativa privada, garantindo benefícios tanto aos financiadores quanto aos beneficiários do programa. O tipo de financiamento oferecido pela Caixa Econômica garantiria segurança à iniciativa privada, uma vez que oferecia crédito às construtoras, e simbolizava benefícios aos compradores, que teriam linhas de financiamento especiais dependendo de sua faixa de renda.

Uma das características do Programa, como apontado no Capítulo 2, é a definição de valores de construção máximos por unidade habitacional. Ou seja, o governo, em parceria com a Caixa, oferece linhas de financiamento às construtoras, desde que estas se fixem em valores de referência, para a venda de cada unidade habitacional construída. Se as unidades habitacionais têm valor de venda de R\$47.000.00 (valor para a faixa de 0 a 3 salários mínimos do PMCMV 1), por exemplo, a construtora deverá optar por um local e materiais de construção que se adequem a este valor. Esta característica do programa acaba por afastar grande parte dos empreendimentos dos grandes centros urbanos

Considerando o preço da terra enquanto variável determinante para escolha da localização do empreendimento pela iniciativa privada (em função das margens de lucro projetadas), o que vêm sendo identificado é uma progressiva periferação da produção voltada para as famílias de baixa renda (CARDOSO, 2013: 6).

No contexto de criação do PMCMV, o governo do Estado do Rio de Janeiro, aproveitando-se da possibilidade de parceria com o governo federal, inicia uma onda de remoções aos chamados “condomínios populares” (Conceição, 2014). Um dos exemplos disso é o Bairro Carioca, em Triagem, para onde foram reassentadas ou removidas pessoas de cerca de 15 diferentes favelas da cidade, como já mencionado no capítulo anterior.

Mais um tópico na história das remoções cariocas é aberto, a partir disso, e a população favelada ou moradora de áreas de interesse público se vê ameaçada por conta das obras dirigidas a preparar a cidade para estes eventos. O Decreto Municipal 34.522, de 2011, mencionado no Capítulo 2, por exemplo, oferece maior liberdade para desocupação de áreas consideradas de interesse público, onde se localizam assentamentos populares. Este decreto prevê que

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e uniformizar os procedimentos da administração municipal para a desocupação de áreas em assentamentos populares, necessárias à implantação de projetos de interesse público

DECRETA:

Art. 1.º Ficam aprovadas as diretrizes para a demolição de edificações e relocação de moradores em assentamentos populares na forma do anexo A²².

Parágrafo único. Aplicam-se as mesmas diretrizes às situações de emergências, tais como incêndios, enchentes, desabamentos e despejos

Além dele, o Plano Estratégico para 2016, da prefeitura do Rio de Janeiro, também é um outro exemplo de como algumas áreas da cidade, localizadas em zonas de interesse de mercado e onde vivem classes populares, são categorizadas como “favelizadas”, que devem ser eliminadas. Neste plano, como visto no capítulo

²² O Anexo A indica os procedimentos para realocação dos moradores que forem removidos de locais demolidos por estarem em locais destinados “à execução de sistema viário, à implantação de obras de infraestrutura e equipamentos públicos, ou por estarem situadas em áreas inadequadas à habitação”. Disponível em <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/11/decreto-nc2ba-34522-de-3-de-outubro-de-2011-pref-rio-de-janeiro.pdf>

anterior, propõe-se a “redução em 5% da área favelizada da cidade, tratando das questões ligadas a esses assentamentos como questão paisagística ou ambiental” (AZEVEDO & FAULHABER, 2015: 28).

Na cidade do Rio de Janeiro existem, atualmente, 64 empreendimentos do PMCMV. Daqueles destinados à população de baixa renda (de 0 a 3 salários mínimos), utilizados para realocação da população favelada, 67% estão localizados na Zona Oeste (AZEVEDO E FAULHABER, 2015: 67). O Bairro Carioca, que atende a esta faixa de renda, e é o foco de análise deste trabalho, localiza-se na Zona Norte, próximo ao centro da cidade. A seguir, veremos como o projeto do Bairro Carioca representa um novo capítulo das políticas habitacionais voltadas às favelas na cidade no Rio de Janeiro, que retoma antigas práticas de remoção, mas que aponta para uma nova forma de segregação, relativa aos efeitos do investimento do capital mercantil no espaço urbano.

3.2. Bairro Carioca: exemplo de uma política habitacional produtora de segregação

“Não se trata de construção de casas. Trata-se de construção de vidas. Por isso se chama Minha Casa, Minha Vida” (Dilma Rousseff)²³

A frase acima, dita pela presidente Dilma Rousseff no dia 12 de maio de 2015, quando entregou unidades habitacionais do PMCV, é uma importante porta de entrada para a apresentação da Bairro Carioca, um dos empreendimentos do programa federal ao qual a presidente se refere, tomado aqui como modelo das políticas públicas levadas a cabo no Rio de Janeiro atualmente.

Como mostrado no início deste trabalho, o Bairro Carioca se propõe ser um projeto de moradia popular inovador, uma vez que oferece não só unidades habitacionais, mas uma infraestrutura completa para uso coletivo. Estas características podem tanto contribuir para que a população se sinta privilegiada por

²³ Declaração da presidente Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2015, ao entregar unidades habitacionais do MCMV no Rio de Janeiro. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/construir-casas-e-construir-vidas-e-governo-esta-fazendo-sua-parte-ao-viabilizar-3-milhoes-de-moradias/>. Acesso em maio de 2015.

morar em um local próximo a serviços básicos, quanto limitar a socialização dos moradores com os bairros vizinhos, segregando ainda mais a cidade.

A remoção a conjuntos habitacionais, ou “condomínios populares”, no entanto, não representa uma inovação na concepção que se tem das pessoas que ali moram. A expressão “condomínios populares” (CONCEIÇÃO, 2014), já mencionada, é usada para descrever a preocupação em promover uma mudança de valores morais entre as famílias, posto que os novos prédios possuem características típicas de condomínios fechados, como portarias, muros e espaços de lazer.

No entanto, ainda que na fachada os edifícios se assemelhem a condomínios de classe média, o que poderia representar uma transformação na percepção que a sociedade tem dos moradores da periferia e das soluções que se podem oferecer aos problemas de moradia, o próprio estado ainda “reproduz a informalidade”, sendo que “as condições de vida de alguns desses conjuntos habitacionais são péssimas, piores, aliás, que as de muitas favelas” (GONÇALVES, 2013: 358). Gonçalves (2013) aponta para este fato, ao analisar a constituição jurídica das favelas, advertindo que “72% dos habitantes dos apartamentos construídos em conjuntos habitacionais, nas últimas décadas, pelo estado do Rio de Janeiro, não possuem escritura definitiva de seus imóveis” (Idem: 358).

O caráter legislativo apontado por Gonçalves (2013) vai de encontro à concepção que Das & Poole (2004) constroem sobre margens, segundo a qual a violência e a função ordenadora do estado são fundamentais para a compreensão de suas dimensões. As autoras recorrem à concepção de estado weberiano para lembrar que o uso da força e das leis é condição *sine qua non* para sua manutenção, e mostram que

inerente a essa concepção da imagem da lei, é a criação de limites entre as práticas e espaços que eram vistos como parte do estado e aquelas que permaneciam excluídos dele. A legitimidade aparece então como resultado dessa demarcação de limites, efeito das práticas estatais (DAS & POOLE, 2004: 23).

As margens, segundo as autoras, são definidas pelas formas que o estado atua em diferentes locais, quando se vê tendo que redefinir sua forma de atuação a fim de assegurar seu poder. Esse modelo de análise propõe três focos para a compreensão do que é periferia.

O primeiro eixo, como visto anteriormente, concebe as margens como local onde vivem pessoas “consideradas insuficientemente socializadas nos marcos da lei” (DAS & POOLE, 2004: 24), selvagens e rebeldes que deveriam ser submetidos a uma “pedagogia da conversão” (Ibid.) de forma a se enquadrarem nos padrões culturais aceitos pelo Estado – definido como moderno e racional.

A fronteira entre legalidade e ilegalidade é o segundo eixo de análise. Das & Poole (2004) lembram que a constituição do Estado moderno está baseada em práticas escritas. Documentos de identificação fazem parte do controle estatal sobre os indivíduos, populações e territórios. Desta forma, os direitos estariam intimamente relacionados a posse de alguns documentos que comprovem a relação indivíduo-estado; àqueles que estão sujeitos a falsificações ou deslocamentos fazem parte das margens que se encontram na fronteira da legalidade.

O terceiro foco de análise considera “a margem como o espaço entre os corpos, a lei e a disciplina” (DAS & POOLE, 2004: 25), e toma como ideia central a noção de biopoder, associada ao “poder da medicina para definir o “normal”” (Ibid.). Ou seja, está associado aos padrões definidos subjetivamente como normais.

Os dois primeiros eixos de análise, principalmente, nos mostram que as políticas habitacionais levadas a cabo pela prefeitura carioca influenciam a constituição das margens sociais. Se no passado, como vimos, as políticas tiveram como guia uma certa “pedagogia da conversão”, ao tomar como justificativa para remoções as características da população favelada utilizadas para classificá-las como “não civilizadas”, atualmente novas categorias são estabelecidas para levar ao mesmo tipo de política. Em ambos os contextos, o Estado mantém a população alvo das políticas à margem, uma vez que não oferece condições legais que proporcionem condições de reconhecimento de direitos iguais.

A construção de um enclave como o Bairro Carioca, nas proximidades do centro da cidade e oferecendo serviços básicos, pode inserir-se na categoria de políticas públicas idealizadas pelo estado de bem-estar social, segundo a qual as desigualdades são dirimidas quando o governo oferece possibilidades de acesso à educação, saúde e segurança.

Esse tipo de política baseia-se na concepção de direitos formulada por Marshall (1967), segundo a qual deve existir uma igualdade humana básica para a participação na esfera pública, e como isso é incompatível com a liberdade de mercado, o Estado deve regular alguns direitos para que os cidadãos tenham as

mesmas condições de participação. Dentro dessa perspectiva, a educação, para o autor, seria a primeira condição para o exercício da cidadania, uma vez que através dela, os indivíduos teriam a mesma base de reivindicação de seus direitos. Cidadania, para Marshall (Idem), seria então uma condição conferida pelo Estado a cidadãos passivos; as desigualdades seriam minimizadas por sua oferta de bem-estar social.

O PMCMV foi desenvolvido com intuito “criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer dos Municípios brasileiros”, sendo prevista prioridade aos “moradores de assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda que, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos justificados no projeto de regularização fundiária, excepcionalmente tiverem de ser relocados, não se lhes aplicando o sorteio referido” (LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009).

Existem algumas críticas, no entanto, que enxergam na utilização dos “condomínios” do PMCMV para reassentamento de população removida alguns desvios dos objetivos principais do programa. Um dos fatores que levam a esse tipo de crítica é que as remoções e reassentamentos são realizados de forma a não respeitar as relações de vizinhança pré-existente, o que gera uma série de conflitos, como veremos no Capítulo 4. Além disso, muitas vezes, as pessoas são transferidas para locais bastante distantes de seu local de moradia anterior, o que as afasta de suas redes de solidariedade. O Conselho Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, somente em março de 2015, realizou uma reunião extraordinária com os gestores do fundo municipal de habitação de interesse social – CGFMHIS, onde decidiu-se que o critério de territorialidade deveria ser levado em conta nos sorteios de habitação de interesse social realizados pelo município, “sendo utilizado (...) somente o universo das pessoas da região no raio do empreendimento, a partir do bairro até o limite da região administrativa”²⁴. Os empreendimentos anteriores a essa data, portanto, não seguiram padrões de territorialidade.

Outra crítica levada a cabo refere-se ao pouco tempo que as equipes responsáveis pelo Trabalho Social (TS) nos empreendimentos têm na preparação junto aos

²⁴ Ata da 1ª reunião extraordinária do conselho gestor do fundo municipal de habitação de interesse social – CGFMHIS, realizada em 06 de março de 2015.

futuros moradores. Naqueles casos em que os empreendimentos do PMCMV são destinados à população reassentada, a equipe social contratada²⁵ realiza os sorteios sem saber o perfil dos atendidos. A equipe do Observatório das Metrôpoles, que empreendeu uma avaliação do PMCMV no Rio de Janeiro, considera que

A equipe social ia para a assembleia de sorteio das unidades sem saber o perfil da população que iria ocupar o novo empreendimento (...). Tratando-se de reassentamentos, que é o caso da maioria dos condomínios do município do Rio de Janeiro, a preparação não poderia ser apenas cadastro, teria que ser realizada no mínimo seis meses antes da remoção para viabilizar um trabalho comprometido com os reais direitos dos beneficiários (OBSERVATÓRIO DE METRÓPOLES, 2015: 97)

Dentre as atividades realizadas pela equipe social responsável pelo acompanhamento dos moradores após sua mudança aos edifícios, estão as reuniões de integração. Elas têm como um dos objetivos unificar os modos de utilização dos espaços nos condomínios. O Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) da Caixa Econômica, voltado a enumerar as tarefas que devem ser realizadas no momento posterior à mudança da população aos conjuntos que obtém financiamento público, apresenta não só atividades a se realizarem no sentido de ocupação do espaço, mas também um guia de educação moral, que versa sobre educação ambiental e patrimonial, como mostram os exemplos abaixo:

- a.7) apoiar a participação comunitária na promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos equipamentos sociais e comunitários disponibilizados; (...)
- b.1) difundir noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade; e
- b.2) divulgar informações sobre o uso racional dos recursos naturais, como a água e a energia elétrica, bem como a

²⁵ A empresa responsável pela construção dos edifícios do PMCMV responsabiliza-se por realizar as atividades descritas no Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), disponibilizado pela Caixa. Dentre estas atividades, está o sorteio das unidades habitacionais e o acompanhamento dos moradores no período imediatamente posterior à sua mudança. Este período, que até 2015 era definido em 6 meses, foi alterado para 12 meses.

preservação, conservação ambiental e, manejo de resíduos sólidos (...)

c.1) estimular a correta apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum” (Portaria 21/2014, Ministério das Cidades)

Estas atividades, dentre outras, de caráter bastante direcionado e que visam a permanência dos novos moradores nos chamados “condomínios populares” (Conceição, 2014), são realizadas em encontros divididos em duas etapas. A primeira, composta por 5 reuniões, é de participação compulsória: “é preciso ter 75% de presença nas atividades para ter acesso às chaves do apartamento no prazo estabelecido” (CONCEIÇÃO, 2014: 11). Nos casos em que a população é reassentada, as chaves são entregues sem a necessidade de cumprimento desta norma, mas a população deve comparecer para conhecer a forma de organização dos edifícios, para posteriormente se organizar para administrá-los por conta própria.

Conceição (2014), que acompanhou alguns destes encontros de integração, percebe neles uma lógica disciplinadora, que segundo ele, se faz mais necessária no contexto atual do que antigamente, como na remoção de favelas para a Cruzada São Sebastião, por exemplo. Segundo o autor, “se os critérios nesses outros programas foram a condição familiar, a manutenção de um emprego e/ou possuir uma determinada renda, o critério agora era ser habitante de uma área a ser desapropriada pelo PAC e ter optado pela realocação como medida compensatória” (Idem: 14).

Ao observar que alguns dos residentes absorviam o discurso disciplinador como o correto a seguir, Conceição (2014) mostra como a favela passa a ser mal vista, até mesmo para moradores de edifícios internos a ela:

As regras estabelecidas para a vida condominial, apresentadas nos encontros de integrações e legitimadas no regimento interno, não são questionadas por Julia e sim promovidas. Para essa jovem, existe uma forma “correta” de morar, marcada por uma ordem que a favela não possui ou não oferece (CONCEIÇÃO, 2014: 10)

Não pude verificar este mesmo tipo de comportamento no Bairro Carioca, e acredito que uma das razões é o fato dos moradores dali não terem esta relação de diferenciação com os bairros vizinhos. Ribeiro (2014), por outro lado, percebe no discurso de um morador do Bairro Carioca a internalização de um “valor distintivo”, quando este diz que os moradores ainda “estão se adaptando, mas muita gente não tem educação, não sabe cuidar dos filhos, não sabe tratar do lixo, não aprende a conviver num ambiente como esse” (Idem: 14).

Ainda que Conceição (2014) acredite que a lógica disciplinadora se faça mais necessária atualmente, percebemos, pelo regulamento interno do conjunto habitacional Cidade Alta que, ainda que os critérios de seleção fossem distintos, a tentativa de impor algumas regras aos moradores já estava lá. O documento inclui normas como:

É expressamente proibido:

- 1) dar a unidade ocupada destinação diversa da finalidade do prédio ou usá-la de forma nociva ou perigosa, comprometendo o sossego e o bem estar dos demais moradores, devendo ser mantido absoluto silêncio, antes das 7:00 horas e depois das 22:00 horas, e bem assim não se realizarão festividades públicas ou reuniões políticas e nem será permitido o uso de aparelhos que perturbem a tranquilidade dos moradores, devendo ser mantido perfeito silêncio, de acordo com a lei que estabelece tais proibições (Regulamento Interno Cidade Alta, arquivo familiar de moradores).

Estes padrões impositivos visavam uma regulação da vida dos moradores de forma a mantê-los padronizados, sob uma perspectiva de “urbanizá-los” como propunha a secretaria de habitação, Sandra Cavalcanti, quando dizia que

não é a favela que tem que ser urbanizada. Quem tem que ser urbanizado é o favelado. Uma das condições para um favelado se urbanizar, para se desfavelizar, é sair daquela paisagem e daquele entorno. Exatamente como uma pessoa que, saindo do interior, vem para a cidade grande. Chega ali e encontra uma outra

realidade. Se ele sai daquele fim de mundo, sem água, sem luz, sem nada, ele vai querer mudar. Vai querer se incorporar ao progresso (Sandra Cavalcanti, Apud. Brum, 2013).

As atividades propostas no “pós-ocupação”, este período posterior à mudança dos novos moradores, insistem na imposição de um modelo comportamental que exige a permanência de pessoas dentro de uma realidade padronizada, onde são obrigadas a conviver com certas regras que poderiam até estar presentes em sua realidade anterior, mas não representavam a imposição que passam a significar.

Kowarick (2000), ao analisar os simbolismos implícitos nas categorias de moradia, aponta que a própria noção de casa própria contém o “imaginário da disciplina e do sucesso, enquanto sobre os cortiços e as favelas despenca a pecha de uma pobreza culpabilizada pelo fracasso” (KOWARICK, 2000: 91). Dito de outra forma, certos padrões de vida privada são tidos como moralmente superiores a outros.

Outro fator observado como um desvio do objetivo principal do PMCMV, já mencionado anteriormente, se refere a entrega de certas responsabilidades às empreiteiras responsáveis pela construção ou à Caixa, órgão de financiamento do programa. Além da segregação territorial ocasionada pela escolha de terrenos distantes como forma de se adaptar ao valor máximo do imóvel, as construtoras buscam lucros também na manutenção dos empreendimentos. A forma de organização dos empreendimentos em condomínios passa a responsabilidade de manutenção dos mesmos aos moradores, “os síndicos estão hoje arcando com os (enormes) custos de gestão desses grandes conjuntos, contando com recursos extremamente limitados, o que coloca sérias ameaças à sustentabilidade de tais empreendimentos” (OBSERVATÓRIO DE METRÓPOLES, 2015:93).

O PMCMV é tido também, assim como o Bolsa-Família, como uma maneira de incorporar os beneficiados ao mercado de consumo – oferecendo-lhes o título de nova classe média, sem que realmente estejam inseridos em outras categorias que os classificariam como tal, como expansão de direitos. Dentro desta perspectiva, Gabriel Feltran relaciona políticas de desenvolvimento social e consumo, e observa que, na atualidade, “gerir o social é, portanto e fundamentalmente, expandir os mercados” (FELTRAN, 2014: 508).

Nota-se que o Bairro Carioca se insere em um contexto que une uma vontade do governo em promover aquecimento econômico através de financiamento habitacional, busca de lucro por parte das empreiteiras responsáveis pela construção dos empreendimentos imobiliários, falta de preparação das equipes técnicas sociais na organização comunitária, terceirização das responsabilidades, problemas de sociabilidade que envolvem tráfico e milícia, dentre outros fatores. Partindo destes fatores, Raquel Rolnik (2011) considera que, no PMCMV,

predomina-se a ideia de que a moradia é uma mercadoria, e, mais do que isso, um ativo financeiro, em um contexto que o elemento mais importante é produzir casas em massa. Isso, evidentemente, não tem necessariamente relação direta com moradia adequada (ROLNIK, 2011: 41).

Harvey (2013), como visto, ao analisar os impactos do capitalismo moderno na constituição das cidades, demonstra através de exemplos que vão dos Estados Unidos à China, que a “urbanização desempenhou um papel especialmente ativo, ao lado de fenômenos como os gastos militares, na absorção da produção excedente que os capitalistas produzem” (HARVEY, 2013: 38). Este processo de reinvestimento, no entanto, priva os mais pobres do direito à cidade, segundo o autor, pois as cidades tomadas por obras, como é o caso do Rio de Janeiro, se chocam com o “planeta das favelas” (Idem: 43).

O resultado dos investimentos urbanos realizados no Rio de Janeiro, unidos ao uso do PMCMV para reassentamento de população removida das favelas, transforma a cidade, expulsando os pobres dos locais mais valiosos no mercado imobiliário, e levando-os a viver em conjuntos habitacionais padronizados que pretendem replicar a vida nas cidades, como o Bairro Carioca, transformando a área urbana mais propensa ao conflito, como aponta Harvey (2013).

No próximo capítulo, busco explorar como este cenário, onde “os ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento se tornam mais difíceis de sustentar” (HARVEY, 2013: 41), transformou a vida dos moradores do Bairro Carioca.

4. Cotidiano de enclave: estudo de caso

A decisão de realizar um estudo de caso no Bairro Carioca, como mencionado, vem da vontade de desdobrar, ou “fazer aparecer”, como coloca Bourdieu (1997), a sociabilidade dos moradores deste lugar, que são submetidos a segregação urbana em seu cotidiano. Ainda que, como visto, o PMCMV, e por consequência o Bairro Carioca, sejam reconhecidos como tentativas significativas no sentido de diminuir a exclusão, através da atenuação do déficit habitacional, oferecendo moradia à população mais vulnerável, percebemos, através do estudo de caso, que ainda falta muito para a construção de uma política habitacional que seja significativa para a segregação urbana existente na cidade hoje. Ou seja, uma política que ofereça, além de teto, cidade.

Neste capítulo, procuro primeiramente descrever o Bairro Carioca fisicamente, para situar o leitor e oferecer uma ideia do tipo de cidade oferecido aos moradores deste local. Logo após, tratarei das impressões dos moradores acerca de seu entorno, passadas a mim através das entrevistas e conversas que pude estabelecer durante o período em que realizei a pesquisa de campo. Por fim, procuro percorrer a influência da escola na adaptação dos moradores à sua nova realidade, pois foi a partir dali que estabeleci as minhas próprias relações com o Bairro.

4.1 O Bairro na cidade

Chegar ao Bairro Carioca não é difícil: vai-se de trem, metrô, ônibus ou carro. Entrar ali, no entanto, não é um ato trivial, e a sensação que se tem é difícil de descrever. O lugar é visivelmente separado de seu entorno, e não por apresentar ruas diferentes, mas por se assemelhar a um grande condomínio fechado sem realmente sê-lo; ou seja, há ali um padrão construtivo que conjuga os edifícios, mas não existe uma portaria controlando a entrada, por exemplo. A segregação espacial é perceptível, como se observa pela Figura 3, abaixo, que mostra como o Bairro se separa de seu entorno fisicamente, e as pessoas que circulam pelas ruas internas ao Bairro são poucas.

No lado direito da imagem vê-se a entrada do Bairro Carioca, que é feita por uma rua que tangencia um estacionamento de ônibus (canto direito da imagem, sem nenhum automóvel estacionado). Logo na entrada, onde se observam os antigos

galpões da “Cidade Light” e uma área mais arborizada, estão localizados a Clínica da Família, a Nave do Conhecimento, a escola e a creche. Mais ao fundo, no mesmo eixo central, encontra-se a área destinada ao comércio. Ao redor destas construções, localizam-se os 11 condomínios, sendo que alguns deles fazem fronteira com a linha de trem, que é esta via que separa o “bairro” do conjunto colorido de edifícios localizado na parte superior da imagem. No lado esquerdo da imagem localiza-se a entrada “não recomendada”²⁶ do Bairro Carioca, vizinha à pequenas favelas do bairro de Jacaré.

Figura 3. Bairro Carioca – Vista Aérea



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2015.²⁷

Em minhas primeiras idas ao Bairro, sentia muita tensão ao caminhar entre o trem e a escola – causada pelo desconhecido e pelas inúmeras notícias e matérias que havia lido acerca do local. Em estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles, por exemplo, o entorno do Bairro é descrito da seguinte forma:

²⁶ Na primeira visita que realizei ao Bairro Carioca, como observo no Capítulo 2, um dos funcionários da escola me avisou que uma das entradas do conjunto habitacional não era recomendada. Me advertiu que utilizasse a entrada mais próxima ao metrô.

²⁷ <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4615259>. Acesso em maio de 2015.

os únicos dois acessos que ligam os condomínios ao seu entorno e às opções de transporte público têm sido ocupados por grupos de usuários de crack, fato que não oferece segurança para os moradores, especialmente durante a noite. Além disso, também não há nenhuma linha de ônibus ou van que transite por dentro do empreendimento (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015: 245).

Este caminho é utilizado somente pelas pessoas que vão ao Bairro Carioca, já que não é uma rua que dê acesso a outros locais, e, portanto, pouco movimentado, o que aumentava minha sensação de insegurança. Saindo da estação de metrô, eu quase sempre era a única a entrar à direita, em direção ao Bairro. Essa sensação se parece à tensão de andar pela primeira vez em uma cidade desconhecida, onde ainda não se conhece bem os bairros e onde não sabemos a quem recorrer, não dominamos os códigos.

A calçada do lado direito de quem vai em direção ao Bairro, que faz fronteira com as estações de trem e metrô, é tomada por lixo e restos de materiais de construção, e até praticamente a entrada do Bairro não é possível utilizar este caminho. As pessoas vão pela rua mesmo, que esta não apresenta grande movimento de carros, uma vez que pouca gente utiliza a via.

A entrada do Bairro Carioca é dividida com um portão de um estacionamento de uma empresa de ônibus (TransLitorânea), como se pode ver na imagem (Figura 4) abaixo.

Figura 4. Entrada do Bairro Carioca



Foto de 27/08/2015

Ao lado esquerdo da imagem acima (Figura 2) está o portão da empresa de ônibus, e ao lado direito, a entrada do Bairro Carioca. As grades brancas ao lado direito são parte da Clínica da Família Carioca, construída para atender aos moradores do empreendimento. O mesmo padrão construtivo visível neste primeiro prédio no interior do Bairro é comum a todos os outros edifícios, sendo proibido, pelo regimento do PMCMV, alterar as cores.

As ruas que se tomam ao entrar no Bairro Carioca são bastante similares entre si, característica comum á condomínios fechados. Algumas partes são muradas, e todas são bem pouco movimentadas, como a que se vê na fotografia abaixo, tirada em uma de minhas idas a campo:

Figura 5. Rua interna ao Bairro Carioca



Foto de 25/08/2015

A rua que se vê na Figura 5 é uma das que liga a estação de trem e metrô à escola. Ao lado esquerdo, estão os muros que separam o Bairro Carioca da antiga empresa de ônibus, onde hoje funciona somente o estacionamento. O prédio que se vê ao lado dos muros está abandonado, com janelas quebradas. Percebe-se o tipo de construção comum do Bairro, ao lado direito da imagem, nos prédios que adotam padrões condominiais. Este tipo de construção, segundo considerações do Observatório das Metrôpoles, segrega o empreendimento “de seu entorno imediato além de contribuir para a fragmentação da malha urbana do bairro onde foram implementados” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015: 253).

Além do tipo de construção – que iguala todos os prédios – diferenciar o “condomínio” fisicamente do bairro em que está inserido, outro fator contribui para sua desintegração do espaço da cidade: nenhuma das ruas do Bairro Carioca possui nome ou é reconhecida pela prefeitura em parte de seu arruamento oficial. Todas as cartas são destinadas ao endereço de entrada do “condomínio”, que se situa nesta rua da foto acima (Rua Bérnago). Os moradores retiram suas correspondências em um dos “condomínios” ou lotes (como alguns moradores os definem) internos ao Bairro Carioca. A decisão de quem ficará responsável pela correspondência parte dos síndicos, descritos como “laranjas do tráfico” e “milícia branca” a mim, por moradores e professores. Voltaremos a eles mais adiante.

No Bairro há somente um único local legalmente destinado ao comércio, que foi construído junto com o empreendimento, em uma espécie de galeria. É um lugar fechado, onde espaços específicos foram utilizados para a instalação de farmácias, lanchonetes, lojas de móveis e bares. A maioria dos locais receberam nomes que remetem ao Bairro, como Farmácia Carioca, Loja de Móveis Carioca, etc. No entanto, grande parte deles não funciona atualmente, pois, como veremos mais adiante, todo o comércio é controlado pelo tráfico.

O fato de as ruas não terem nome, e de o comércio seguir um padrão de nomes que não lhes oferece “personalidade”, traz à tona a característica de vários empreendimentos do Projeto Cidade Olímpica: a preocupação do governo em resolver os “problemas” da cidade de maneira estética ou superficial. Não reconhecer as ruas do Bairro Carioca como parte oficial da cidade do Rio de Janeiro, e não oferecer a possibilidade de se criar ali um comércio que se identifique com a população, é o mesmo que dizer “Tem metrô e trem na porta, saúde, educação, mercado e casas urbanizadas. O que mais falta?”. Questão colocada pelo prefeito Eduardo Paes, ao jornal Estadão, em 13 de novembro de 2014, em matéria sobre a invasão do Bairro Carioca por traficantes²⁸.

Talvez o que falte ao Bairro Carioca seja se tornar realmente parte da cidade. A intenção em se criar um espaço total, com todas as necessidades dos moradores atendidas, como colocou o prefeito, trazendo as características de um estilo de vida

²⁸ Matéria intitulada “Bairro Modelo da prefeitura invadido por traficantes”. Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,bairro-modelo-da-prefeitura-do-rio-e-invadido-por-trafficantes,1591912>. Acesso em outubro de 2015.

“exclusivo e excludor” (CALDEIRA, 2000), típico dos “enclaves fortificados”, forma ali um Bairro anti-cidade, quando tomamos a concepção de Joseph (2005):

Pensar a cidade não é insistir em apropriar-se ou em querer pertencer a um bairro, mas estudar os recursos urbanísticos, os equipamentos e serviços que permitem ao cidadão superar o estranhamento em um território pouco familiar e orientar-se em um “universo de estranhos” (Idem: 80)

Ou seja, a construção do espaço físico do Bairro Carioca oferece alguns equipamentos e serviços urbanísticos, mas não possibilitou a inserção e uso da cidade pelos seus moradores, ou uma “urbanidade democrática”, como define Joseph (2005). Não possibilita a apropriação de uma linguagem comum da cidade.

4.2. A segregação pelo relato dos moradores

A realização do trabalho de campo no Bairro Carioca, como observei no Capítulo 1, não foi simples. Ao decidir que faria esta pesquisa neste local, a primeira dificuldade foi decidir como “entraria” em campo, ou como poderia fazer para frequentar o Bairro. Entrei em contato com alguns pesquisadores que já haviam realizado ou estavam realizando pesquisa no mesmo lugar, mas alguns me recomendaram buscar outro “objeto”, informando que a situação lá era complicada por conta do tráfico de drogas e da presença de facções, e outros não foram muito solícitos.

Realizar a pesquisa através da escola foi uma ideia que surgiu após ler algumas reportagens sobre o Bairro. Em uma delas, informavam que havia uma boca de fumo instalada ao lado da escola. Foi quando se tornou evidente, para mim, que a escola no interior do Bairro poderia representar um importante local de sociabilidade dos moradores, e compreender a formação dos laços sociais neste Bairro era um dos objetivos desta pesquisa. A partir desta decisão, a maior dificuldade foi ultrapassar todos os trâmites burocráticos exigidos para a realização de pesquisas em escolas municipais, como já observei no Capítulo 1.

Durante o período em que realizei o estudo em campo, por três meses, costumava ir à escola duas vezes por semana, às terças e quintas, pois são os dias que os alunos têm aulas de educação física, inglês e artes plásticas, e os professores responsáveis

pelas turmas têm tempo livre para preparar as aulas dos demais dias. Para não ficar “desocupada”, enquanto observava o cotidiano da escola, decidi montar o banco de dados com as informações dos alunos, cujas informações serão expostas mais adiante, nos dias em que estava na escola. Desta forma, permanecia trabalhando no computador enquanto os professores preparavam suas aulas e o cotidiano da escola acontecia ao redor. As conversas com os moradores se deram nas suas idas à escola em dias comuns, e nas reuniões de pais e responsáveis que acompanhei, durante dois sábados.

Nas idas a campo, também tive a oportunidade de conhecer o trabalho da empresa de engenharia responsável pela construção dos condomínios 7 e 8, que mantém um atendimento social nestes dois blocos, em consonância com a legislação relativa ao PMCMV (Caderno de orientação técnico social da Caixa Econômica Federal). A empresa é contratada pela GeoRio, que é a responsável pelo empreendimento. Existem dois locais de atendimento às famílias, junto às portarias dos condomínios, e o atendimento é realizado diariamente. Além de esclarecer dúvidas da população, a empresa promove algumas reuniões com os moradores, acerca da manutenção dos edifícios, majoritariamente. Mais adiante, tratarei disso.

Durante as conversas que tive com moradores do Bairro Carioca, uma das reclamações mais presentes diz respeito ao medo que ainda sentem em circular livremente pelo lugar onde moram. Diferentemente da maioria dos empreendimentos do PMCMV, os moradores do Bairro Carioca não se mudaram de uma só vez aos edifícios ali construídos. Os apartamentos foram entregues gradativamente, entre 2012 e 2015, sendo que os últimos moradores se mudaram recentemente, em fevereiro de 2015.

Como vimos na introdução deste trabalho, os moradores do Bairro Carioca têm suas origens em cerca de 15 diferentes favelas, e se mudaram para o novo local sem manter as relações de vizinhança do passado. O que sucede, como veremos, é uma dificuldade bastante grande, por parte dos moradores, em construir novas relações ou mesmo se relacionar com a vizinhança.

Dentre as dificuldades relatadas a respeito da convivência, muitas delas referem-se à disputa pelo território do Bairro Carioca por distintas facções do tráfico. Se atualmente o local está sob o domínio do Comando Vermelho, que controla toda a região de Manguinhos, ao lado do Bairro Carioca, já ocorreram algumas disputas

anteriormente que envolveram milícia e outras facções, originárias das distintas localidades de onde vieram os moradores do Bairro.

Os moradores não se sentem à vontade para tratar do assunto, compreensivamente, e aqueles que comentaram não mencionaram a facção em si, mas relataram os problemas que haviam enfrentado ao chegar ao Bairro Carioca.

Uma das moradoras me contou que não se sente segura em dizer o morro de onde vem, pois, a facção lá presente é uma das rivais do Comando Vermelho. Me disse ainda que um primo seu foi expulso do Bairro Carioca quando descobriram de onde vinha, e que teve de deixar o apartamento às pressas. Segundo esta moradora, o Comando Vermelho passou a controlar este território quando foram reassentados ali os moradores do morro do Borel e da Mangueira.

Uma funcionária da escola, e moradora do Bairro Carioca, comparou a atuação do tráfico nos espaços do Bairro e de favelas, “é diferente, aqui é tudo feito no meio da rua, porque não tem os becos comuns nas favelas. Aqui já me mandaram apagar a luz de casa pra poderem bater num rapaz logo em frente”.

Além da violência gerada pelo embate entre facções, os moradores convivem também com o “gerenciamento da vida cotidiana” (LEITE, 2015: 390) por parte do Estado. Verifiquei isso em uma de minhas idas à escola. Quando já havia me acostumado com as idas a campo, e estava inclusive duvidando que aquele local era realmente promissor como estudo de caso, cheguei ao Bairro Carioca no horário de entrada dos alunos na escola, como costumava sempre fazer. Ao passar pela entrada, notei uma grande movimentação dos moradores e vi que a polícia estava lá, com seus coletes a prova de balas e armados. Não sabia o que fazer, pois voltar e tentar sair do Bairro poderia chamar mais atenção do que continuar, de modo que segui em direção à escola por outro caminho.

Continuei caminhando, e percebi que toda aquela preparação policial e o movimento dos moradores se dava, pois, a Secretaria de Ordem Pública decidira por abaixo os pequenos *trailers* de comida e bebida instalados pelos moradores junto a um dos muros que os separam da empresa de ônibus, perto da praça localizada na entrada do Bairro, como este que se vê na Figura 6 abaixo.

Figura 6. Muro e trailer no Bairro Carioca



Foto de 10/8/2015

A preparação policial para possíveis embates, que em nada condiziam com a frase grafitada no muro (“A união e o amor trazem a paz”), e a indignação dos moradores frente à decisão do governo, geravam um clima de tensão no Bairro. Caminhando em direção à escola, por uma rua que não costumava utilizar, percebi que a polícia estava fechando todas as vias de saída, com carros de sirene ligada. Me encontrei com uma professora neste momento, e seguimos juntas à escola. Ela estava bastante tensa, e quando chegamos e encontramos os demais professores e

funcionários todos estavam preocupados com as consequências daquela atitude do governo.

Segundo os professores, este tipo de atuação da polícia e da Secretaria se dá constantemente no Bairro Carioca, e muitas vezes os impactos são violentos, com quebra-quebra e pessoas presas. Grande parte das pessoas com quem conversei nesse dia se lembrou de dois outros episódios que os deixaram tensos: a reintegração de posse no Bairro Carioca e a expulsão dos ocupantes do edifício da antiga Oi/Telerj²⁹.

A respeito da primeira ocasião, os professores relataram que houve muito corre-corre e prisões. Os impactos sentidos por eles foram a partir do interior da escola, pois muitos alunos chegaram agitados e assustados. Já na segunda ocasião relatada, eles contam que a escola ficou sitiada por ex-ocupantes do antigo edifício da Oi/Telerj que tinham sido expulsos de lá e buscavam abrigo no Bairro Carioca, assustados pela violência policial pela qual haviam acabado de passar, e revoltados com ela.

Estes dois episódios, unidos ao que vivenciei, demonstram como se dá a atuação do Estado em suas margens. Os moradores do Bairro Carioca poderiam ser incluídos no que Jussara Freire denomina de “gradação cognitiva de cidadanias na cidade do Rio de Janeiro” (FREIRE, 2015: 345), pois os exclui moralmente de um modelo de cidade que pressupõe “um acordo em relação aos princípios do que é justo para seus membros, bem como em relação a um bem comum visado, o qual permite estabelecer uma relação de equivalência entre os seres” (Ibid.).

Márcia Leite, ao analisar as políticas de pacificação das favelas cariocas, caracteriza a presença do Estado em favelas como “prestação de serviços de baixa qualidade, clientelismo e ineficiência das instituições estatais, brutalidade policial, desrespeito aos direitos civis de seus habitantes que não têm reconhecido e

²⁹ O antigo prédio da Oi/Telerj, no bairro Engenho Novo, foi ocupado por moradores sem teto no ano de 2014. A desocupação forçada do edifício, realizada pela Polícia Militar em abril de 2014, teve grande repercussão devido à violência com que foi realizada. Após a remoção forçada do edifício, o prefeito Eduardo Paes afirmou que os ocupantes seriam beneficiados com unidades habitacionais no Bairro Carioca II, que seria construído no terreno da Telerj (<http://oglobo.globo.com/rio/paes-promete-bairro-carioca-2-em-terreno-da-oi-que-fora-desocupado-12520392>). O Bairro Carioca 2 ainda não foi entregue.

garantido seu estatuto de cidadania” (LEITE, 2012: 377). Algo semelhante ocorre no Bairro Carioca, talvez por ser habitado por ex-favelados.

A presença do Estado não se dá somente através de políticas de ordem pública como as relatadas anteriormente. De maneira simbólica, a prefeitura – especificamente os professores da escola e funcionários da empresa de engenharia responsável por realizar reuniões de integração – trata os moradores do Bairro Carioca como indivíduos com moralidade distinta, nos remetendo á Kovarick (2000), já mencionado no capítulo anterior. Segundo este autor, os moradores de favelas e cortiços são percebidos socialmente como portadores de uma “moralidade duvidosa” (KOVARICK, 2000: 93), e isso “pode ter um peso ponderável na construção das identidades e percepções de muitos moradores da metrópole” (Ibid.).

Em diversas conversas que tive com professores da escola – desenvolvidas na próxima seção – e com funcionários da empresa de engenharia³⁰, as referências aos moradores sempre continham uma gradação de um sentimento de superioridade, como se seu papel ali fosse o de oferecer bons exemplos aos moradores, que vinham de ambientes degradados e estavam agora sendo “salvos”.

Ao conversar com os funcionários, eles diminuía o tom da voz e adotavam certo ar de cumplicidade ao descrever os moradores do Bairro Carioca a mim: “você sabe como eles são. Estão acostumados a não trabalhar, fazer gato de energia. Nosso papel é explicar que aqui é diferente”. Como se eu, como eles, fizesse parte de um nicho da cidade onde seguir certos padrões fosse algo natural, e aqueles moradores não. A suposta naturalidade em seguir certos padrões se refere às hierarquias sociais definidas em nossa cidade, e a ideia subjacente de ensinar aos moradores do Bairro a se adaptarem a uma nova normalidade demonstra a lógica de segregação da cidade. Segundo Bourdieu (1997),

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias

³⁰ O papel dos funcionários técnicos sociais da empresa de engenharia, contratada pela GeoRio, é principalmente o de prestar assistência aos novos moradores. Eles permanecem em “plantões sociais” diariamente, em espaços específicos de cada condomínio. A empresa deve, por lei, oferecer auxílio aos moradores por um ano após sua mudança ao novo local de moradia. Atualmente, o trabalho da empresa vem sendo desenvolvido nos condomínios 7 e 8, que foram os últimos a ser ocupados.

sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais do mundo acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (BOURDIEU, 1997:160)

Ou seja, as falas dos funcionários da empresa de engenharia exprimem as hierarquias sociais de maneira dissimulada, buscando, na forma como explicavam a situação a mim, naturalizar a lógica de segregação existente na cidade.

Carregando esta visão estereotipada dos moradores, e presos ao que a Caixa Econômica pressupõe que seja o trabalho social a ser desenvolvido no Bairro, os funcionários ajudam a manter a segregação dos moradores do Bairro, por trata-los como cidadãos com moralidade distinta.

Tomando as bases analíticas de Marcuse (1997) e Wacquant (2005) para analisar a segregação a qual os moradores do Bairro Carioca estão submetidos, poderíamos defini-lo como um enclave que apresenta características de gueto. Os enclaves se caracterizam como tal principalmente por sua formação espacial, que os isola da cidade, enquanto os guetos seriam formações sociais bastante relacionadas às características raciais e identitárias de seus moradores.

Os “enclaves fortificados” definidos por Caldeira (2000), por exemplo, são formas de auto segregação, que realizam a vontade de seus moradores de excluírem-se das possibilidades da vida cidadina. São formações voluntárias, portanto. Os guetos, por outro lado, são formações realizadas principalmente por relações étnico-raciais de vizinhança, o que poderia ser compreendido como característica involuntária da escolha do local de moradia. Ao mesmo tempo, muitos dos moradores destes locais “creem que sua impossibilidade de mudança é de fato uma dádiva, uma vez que removem os desafios e criam uma solidariedade vinculadora” (MARCUSE, 1997: 250).

Além disso, o Bairro Carioca apresenta outras características de enclave, tais como formação espacial que os separa fisicamente da cidade, relações econômicas independentes do local de moradia, mas algumas vezes relacionada aos contatos internos a ele, relações sociais que criam hierarquia e discriminação entre

moradores e não moradores, e características identificadoras relacionadas à classe e status econômico.

Por outro lado, algumas características do Bairro Carioca o aproximaria da categoria gueto, como o caráter involuntário da mudança para lá, e a discriminação contra os moradores que ali vivem. Loic Wacquant (2005), ao analisar as diferenças históricas de formação dos guetos norte-americanos, elabora uma definição ideal-típica, segundo a qual, gueto seria

uma formação socioespacial delimitada, racial e/ou culturalmente uniforme, baseada no banimento forçado de uma população negativamente tipificada (...) para um território reservado no qual essa população desenvolve um conjunto de instituições específicas que operam ao mesmo tempo como substituto das instituições dominantes da sociedade abrangente e como neutralizador contra elas (Idem: 52)

O Bairro Carioca apresenta, assim, características de enclave e de gueto. Uma das questões que surgem a partir desta constatação diz respeito a possibilidade de *guetização* do território da cidade do Rio de Janeiro através da construção destes empreendimentos habitacionais. Seria possível pensar que a população que é reassentada nestes conjuntos está sendo banida da vida na cidade, e que suas relações dentro da nova realidade se construam de maneira a substituir as instituições existentes, o que as classificaria como guetos. Ou seja, deve-se pensar até que ponto o “novo urbanismo”, quando aplicado à construção de empreendimentos voltados à população removida, traz consigo a possibilidade de formação de guetos.

Poderíamos afirmar que à população moradora do Bairro é negado o direito à cidade, pois seus moradores não têm acesso à “vida urbana” descrita por Lefebvre (1991). Este direito vai além da vida cotidiana de ir e vir do trabalho, como coloca o autor, e oferece a possibilidade de praticar a cidade, de participar dela, como visto no capítulo 1. Desta forma, enquanto a elite se auto segrega em “enclaves fortificados”, a população removida das favelas é banida da vida na cidade, de maneira involuntária, onde o urbano permanece sendo apenas uma possibilidade, e o acesso a ele uma frustração.

Por outro lado, um ponto que diferencia o Bairro Carioca do “tipo ideal” de gueto formulado por Marcuse (1997), é a ausência de “*networking*, os mercados protegidos, a força política, a coesão cultural, e as mesmas tradições e história” (MARCUSE, 1997: 255). Mas tudo isso, talvez, seja só questão de tempo.

Um dos pontos recorrentes entre os moradores do Bairro Carioca com quem tive contato diz respeito a esta “ausência”. Muitos relatam a falta que sentem de suas antigas relações de vizinhança. Essa questão também aparece com frequência no cotidiano da escola, como veremos mais adiante. Uma das moradoras do Bairro, com quem conversei em um sábado, após a reunião de pais na escola, me disse que vive ali há um ano, mas gostaria de voltar ao morro São Carlos. Eu, continuando a conversa sobre violência que estávamos tendo até então, perguntei se era por conta disso, mas ela me respondeu que não, pois “violência tem em qualquer lugar, não é nem pela família, é pela minha história, lá eu sou respeitada”.

Allain Caillé, ao percorrer o campo do reconhecimento, propõe um novo significado para este substantivo:

Àquele a quem dizemos “respeito” o que manifestamos definitivamente é gratidão por aquilo que ele fez e que ele é. Chegamos, então, a um terceiro significado essencial da palavra reconhecimento, pouco mencionado no debate mundial sobre essa questão (...) Dar o reconhecimento não é apenas identificar ou valorizar, é também e talvez inicialmente provar e testemunhar nossa gratidão (CAILLÉ, 2008: 158)

A moradora com quem conversei buscava, segundo esta interpretação, o respeito relativo ao reconhecimento. Caillé (2008) demonstra também que o reconhecimento passa não só por ser conhecido por outros, mas especialmente por aqueles com quem compartilhamos valores e cultura comuns. É justamente por este ponto que a moradora gostaria de voltar ao local onde morava, por lá poder “agir para fazer sentido a si mesmo e aos outros” (Ibid.:152).

Outra moradora com quem dialoguei no mesmo dia, que vive no Bairro Carioca pois adquiriu o apartamento via sorteio do PMCMV (e não por antes viver em área de risco, como a maioria), também colocou sua insatisfação com a vida ali: “Tô doida pra sair daqui”, me disse. Isso porquê, ela não conhece “a cabeça das

peças”, e não consegue se relacionar com todos, como fazia no Borel. A junção de várias pessoas de lugares tão diferentes não criaria uma identidade comum ao Bairro Carioca, tornando difícil a tarefa de reconhecer-se nele.

O medo e a falta de identificação entre os moradores do Bairro são sintomas do vazio de cidade formado nestes locais. Se entendemos que a vida na cidade pressupõe uma “convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através da linguagem e do comportamento” (CERTEAU, 2013: 47), que possibilite a convivência entre estranhos, podemos afirmar que o estranhamento da moradora se dá, pois, o Bairro não conjuga a mesma linguagem que a cidade. Assim como ocorria na favela onde ela morava, a gramática do Bairro é desgrudada da cidade. Enquanto na favela sua segurança era oferecida pois conhecia a todos, no Bairro ela aguarda a formação de um novo ordenamento. Em ambos os casos, a cidade não lhe é comum, e ela depende de relações sociais de intimidade para sentir-se reconhecida como parte da comunidade.

A luta por e de reconhecimento, ainda segundo Caillé (2008), ultrapassa sua concepção relativa à justiça social, usualmente empreendida, e que “apresenta o reconhecimento como um bem desejável, apropriável e redistributível” (Ibid.:162). Para o autor, uma sociedade justa é aquela que contribui para o desenvolvimento de *capabilities*, termo desenvolvido por Amartya Sen, que Caillé (2008) interpreta como “capacitação para a dádiva” (Ibid.).

Sen (2000) defende que o desenvolvimento de um país, e a diminuição de suas desigualdades internas, estão associados à possibilidade dada aos indivíduos de ampliarem suas capacidades, ou seja, de terem chances maiores de atingir seus objetivos e viver sem as restrições impostas àqueles aos quais não são oferecidos os meios necessários para tal. Neste sentido, “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (Sen, 2000:113).

O debate das *capabilities*, ou capacidades, nos leva então para a escola localizada no interior do Bairro Carioca uma vez que

as crianças que moram em regiões pobres e segregadas, não somente têm acesso a um leque de oportunidades de pior

qualidade, mas também têm os piores resultados na escola, já que os processos de socialização que experimentam nas suas casas e nos seus bairros os colocam numa posição de desvantagem na hora de internalizar saberes que pressupõem pautas culturais muito distantes de seu próprio *ethos* de classe (FLORES, 2008:146)

Este estudo de caso, como mencionado anteriormente, foi desenvolvido a partir da escola inserida no Bairro, e as questões que envolvem segregação, expostas pelos moradores, também foram sentidas a partir do cotidiano escolar.

4.3. A escola ajudou na minha adaptação? O cotidiano e a percepção da comunidade escolar sobre o Bairro Carioca.

Se entrar no Bairro Carioca foi difícil, realizar o estudo de caso a partir da escola foi prazeroso. Os professores e funcionários sempre se mostraram bastante abertos a minha presença ali, e a convivência com eles não foi complicada.

Logo nas primeiras ocasiões em que fui à escola, uma mulher – a quem chamarei de Mara – que trabalha em um projeto³¹ da Secretaria de Cultura também passou a ir, justamente às terças-feiras, coincidindo comigo em um dos dias. O projeto para o qual Mara foi contratada oferece aulas de cordel para as crianças a partir do terceiro ano, no contra turno escolar. Assim como eu, Mara estranhou o cotidiano do Bairro Carioca, sempre o comparando com os outros locais e escolas em que ela trabalhava, como Jacarepaguá e Pavuna. Por esse motivo, ela resolveu tratar o assunto durante suas aulas.

Tive a oportunidade de acompanhar algumas aulas do projeto. Das poucas crianças (onze – sendo seis de manhã e cinco a tarde, com idades entre 9 e 12 anos) que se interessaram em fazer as aulas, a maioria demonstrou que a mudança para o Bairro Carioca significou uma ruptura em suas vidas, mas acreditavam que a escola ajudaria na criação de novos laços. Os diferentes grupos, da manhã e tarde, eram formados por amigos, e isso ajudou no desenrolar do curso, ao mesmo tempo em

³¹ O projeto, criado em 2010 e denominado Cordel com a Corda Toda, nasceu em Nova Iguaçu, com o intuito de “levar cordelistas para dentro das escolas, com o foco no resgate da cultura popular”. Mais informações em <http://projcordelcomacordatoda.blogspot.com.br/> e <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/cordel-com-a-corda-toda>

que reduziu a participação de outras crianças, que foram às primeiras aulas e desistiram depois.

Os versos criados em conjunto pelas duas turmas são bastante significativos para esta pesquisa (que toma emprestado parte dela para dar nome a esse subcapítulo):

Venha logo minha gente/ Minha história vou contar / Moro aqui a pouco tempo/ Esse não é meu lugar/ Tá difícil acostumar.

Quando cheguei tinha sonhos/ Agora tudo mudou/ Deixei pra trás amizades/ Só saudades me restou/ Tá difícil esquecer/ O bom tempo que passou.

Quando mudamos para cá/ A minha vida mudou/ Lá deixei os meus amigos/ Só tristezas me restou/ Quando trocamos de casa/ Até minha mãe chorou.

A escola ajudou/ Na minha adaptação/ Aqui conheci pessoas/ De muito bom coração/ Fiz amigos aprendi/ A ter boa educação/ Agora eu tenho amigos/ Sei que vou me acostumar/ Com o tempo tudo passa/ A saudade vai passar/ Posso um dia até gostar.

O cordel das crianças traz questões como identidade com o local em que viviam antes (“aqui não é meu lugar”), mudança para o Bairro Carioca, e a relação com a escola.

A relação de identidade com o local em que viviam antes, presente nas conversas com os moradores, como demonstrado antes, é também recorrente na escola. Alguns dos alunos se referem a seu local de moradia anterior como forma de expressar poder dentro da escola, principalmente quando são filhos de pais que tinham ou têm algum tipo de reconhecimento na comunidade definido pelo lugar de moradia anterior. Por exemplo, uma das professoras relatou que em sua turma, um dos alunos conseguiu reconhecimento dos demais quando disse que era filho de X, do Morro do Alemão.

Conversando com uma ex-professora da escola, que deu aulas ali logo no início de seu funcionamento, mas abandonou o cargo depois de ser abordada pelo tráfico ao chegar no Bairro Carioca, ela me disse que acredita que “os moradores tinham sua identidade onde moravam, se perderam aqui, não sabem respeitar, roubam cabos, não tem sentimento de coletividade”. Outra professora, que está na escola desde 2012, partilha de opinião similar: “as pessoas são de fora e ainda não criaram

identidades, nas comunidades a identidade estava relacionada ao poder paralelo, aqui nem eles se instauraram direito, as pessoas sentem falta de referência”.

As referências ou a identidade a que tanto se referem moradores e professores, demonstram como estes conceitos podem estar relacionados à ideia de comunidade, tão usada para classificar as favelas da cidade. O uso deste termo, segundo Birman (2008) apresenta conotações positivas e negativas. Se por um lado, identificar-se como parte de uma comunidade pode ser associado a tradições que remetem à cultura da população favelada, como o samba, e apontam para uma vida harmoniosa; por outro, os moradores não se sentem confortáveis em dizer que moram em comunidades, pois essa informação levaria os interlocutores a identificá-los como favelados.

A imagem da favela como comunidade também “cria espaços de negociação, pontes entre grupos de dentro e de fora e estrutura também uma certa presença do Estado, que busca realizar seus projetos de intervenção” (BIRMAN, 2008: 109). Ou seja, o Estado age nestes locais de maneira distinta ao padrão da cidade, pois as características das comunidades as diferenciariam da cidade reconhecida como “formal”. O Bairro Carioca é fruto desta visão do Estado, afinal ele foi feito para receber favelados. Este fator remete ao visto no capítulo 3, onde mostro como a visão estereotipada do Estado acerca das favelas promove a abertura para a execução de políticas que vão desde remoções ao tratamento voltado à segurança pública, como a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora.

Os moradores do Bairro Carioca, ao fazerem referência ao caráter identitário de comunidade, referem-se a este ideal de vida harmoniosa. A insatisfação com a vida no novo local faz com que se refiram ao passado de maneira saudosista, pois a vida no Bairro, que poderia significar uma grande melhoria, ao menos no que se refere à infraestrutura, não lhes oferece uma identidade cidadina. Ou seja, a vida no Bairro não só lhes separa do lado negativo desta referência comunitária, como também os aparta do ideal harmônico da vida em comunidade.

Os professores, por outro lado, utilizam o conceito de identidade referindo-se às regras que estariam implícitas na vida em comunidade. Quando uma professora diz que os alunos não obedecem pois não tem identidade com o local, ou quando outra diz que a identidade na favela estava relacionada ao tráfico, se referem aos acordos

tácitos de conduta que os moradores possivelmente criavam nas favelas, onde os códigos estatais apresentam-se de maneira distinta do restante da cidade.

A falta de referências no Bairro Carioca é objeto de debate na escola. Para alguns professores, a escola deveria se fortalecer como parte da comunidade, trazer os moradores para participar de mais atividades. Para alguns, isso deveria ser papel da própria escola, para outros, a comunidade deveria exercer papel mais ativo neste sentido.

O debate aponta para duas questões cotidianas na escola: a falta de participação familiar e a necessidade de fortalecimento da instituição escolar no Bairro Carioca, sendo que ambas estão bastante relacionadas. Pude verificar a veracidade desta primeira lacuna durante as reuniões de pais, quando poucos compareceram – menos de um terço do total. Além da baixa adesão às reuniões, a participação durante sua execução foi bastante passiva por parte dos responsáveis, que, em sua maioria, ouviram o que os professores tinham a dizer e foram embora, sem nenhum tipo de questionamento. A participação dos pais nas reuniões, segundo os funcionários da escola, estava muito atrelada às condicionantes do programa Bolsa Família.

Por outro lado, a dificuldade que a escola tem para se institucionalizar no Bairro Carioca não deve ser entendida como simplesmente falta de vontade dos pais ou mesmo dos gestores escolares. Pude perceber que uma das grandes dificuldades da escola é lidar com diversas demandas da comunidade. Sendo uma das únicas referências do poder público no Bairro Carioca, e responsável por gerir o programa Bolsa Família, a escola é constantemente procurada por moradores para tratar de assuntos não relativos à educação. Além disso, os funcionários da escola lidam com o total desconhecimento da Secretaria Municipal de Educação (SME) acerca de seus problemas.

Notei esse desconhecimento quando solicitei autorização para realizar a pesquisa. Nas ocasiões em que fui à SME e à Coordenadoria Regional de Educação (CRE), tive que apresentar – literalmente – a escola aos funcionários destas repartições, pois seu nome não constava na listagem oficial da prefeitura. Na escola é possível sentir este problema, pois os diretores se veem correndo atrás de merendas e materiais, que a prefeitura não repassa.

Junto a essa necessidade de suprir a ausência de uma assistência social específica no Bairro Carioca, a escola ainda lida com a falta de participação familiar no cotidiano dos alunos, o que “implica em mais peso na socialização institucional, na medida em que a escola (para cumprir a tarefa de educar) deve cobrir as ausências da comunidade no tocante à supervisão de suas crianças” (FLORES, 2008: 152).

Carolina Flores (2008), ao analisar as relações entre segregação residencial e resultados educacionais em Santiago, no Chile, demonstra que a família exerce papel fundamental sobre os resultados educacionais dos alunos, sendo um importante fator na análise dos efeitos da segregação residencial sobre a educação – “a família fornece os ambientes, tanto físico como cultural, nos quais as crianças devem desenvolver os conteúdos aprendidos na escola, permitindo que os ativos sejam transmitidos de uma geração a outra” (FLORES, 2008: 157). Ou seja, se o ambiente familiar não contribui para a absorção dos conhecimentos adquiridos na escola, estes perdem seu efeito.

A escolaridade dos pais dos alunos da escola demonstra que a maioria deles pode apresentar dificuldades em desenvolver o conteúdo apreendido na escola, em casa. A escola conta com 522 alunos, e 387 famílias, posto que alguns pais tem mais de um filho na escola. Dentre as famílias, a maioria dos pais não terminou o primeiro grau, como se observa na Tabela 3 abaixo.

Tabela 2. Escolaridade familiar – Bairro Carioca

ESCOLARIDADE	PAI	%	MÃE	%
ANALFABETO	1	0,26	11	2,84
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	113	29,20	145	37,47
FUNDAMENTAL COMPLETO	76	19,64	91	23,51
MÉDIO INCOMPLETO	16	4,13	37	9,56
MÉDIO COMPLETO	57	14,73	75	19,38
SUPERIOR INCOMPLETO	2	0,52	1	0,26
SUPERIOR COMPLETO	2	0,52	1	0,26
SEM INFORMAÇÃO	118	30,49	25	6,46
FALECIDO	2	0,52	1	0,26
TOTAL	387			

Fonte: Ficha cadastral dos alunos

Existe um grande número de pais sem informação de escolaridade, isso porque 187, das 387 famílias, tem somente a mãe como responsável pedagógico perante a escola. Focando-nos na escolaridade das mães, sobre as quais temos informações mais completas, percebemos que se somarmos aquelas que não possuem ensino

médio completo teremos um total de 284, ou seja, 73,4% das mães não completou esta fase de ensino. O que se pode concluir destes dados é que os pais destes alunos têm pouca capacidade de participar da educação de seus filhos, pois eles mesmos não tiveram contato com o conjunto de disposições que integram outras esferas da vida e que compõem o processo educacional.

Os dados da comunidade escolar, quando comparados aos da cidade (Tabela 4), nos mostram que a população que termina o ensino médio na cidade (30,5%) é bastante superior ao número de pais que o fizeram no Bairro Carioca. O acesso ao ensino superior evidencia que a população analisada do Bairro Carioca está bastante distante da população da cidade. Se entre os pais da escola, menos de 1% frequentou o ensino superior, na cidade, este número equivale a 16,5% da população.

Tabela 3. Escolaridade da População de 10 anos ou mais de idade, Rio de Janeiro

ESCOLARIDADE	TOTAL	%
TOTAL	5.559.923	100,0
SEM INSTRUÇÃO E FUNDAMENTAL INCOMPLETO	1.896.098	34,1
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	1.019.826	18,3
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	1.696.604	30,5
SUPERIOR COMPLETO	917.337	16,5
NÃO DETERMINADO	30.059	0,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Outra característica dos moradores do Bairro Carioca aponta para mais uma amostra da segregação urbana presente na cidade. Dos 522 alunos da escola, 334, ou 64% do total, declararam-se pardos ou pretos, sendo 47,5% pardos e 16,5% de pretos. Do restante, 23,4% são brancos, 1,5% amarelos, 0,57% indígenas e 6,3% não declararam. A porcentagem de brancos na cidade é de 51%³², média bem superior à encontrada na comunidade escolar do Bairro Carioca. No bairro de Rocha, a população branca é superior à média da cidade, 63% dos moradores se declaram como tal; já a população que se declara parda corresponde à 28% da população do bairro. Em Jacaré, bairro também vizinho ao empreendimento, a população branca corresponde a 46% e a população parda a 41%. A população que

³² Dados referentes ao Censo de 2010. Fonte: Armazém de dados do Estado do Rio de Janeiro.

se declara preta nos bairros de Rocha e Jacaré (8% e 13%, respectivamente) é inferior a porcentagem que encontramos na escola do Bairro.

Se tomarmos os números referentes a bairros mais centrais ou na zona sul da cidade, a segregação racial se torna bastante evidente. No centro do Rio de Janeiro, não muito distante do Bairro Carioca, a população que se declara branca corresponde a 58% do total, e a porcentagem de pretos e pardos é de 10% e 31%, respectivamente, médias inferiores à da comunidade escolar analisada. No bairro da Gávea, na Zona Sul da cidade, a situação é bastante diferente: 85% da população se declara branca, apenas 3% se declara preto, e 12% se reconhecem como pardos.

O conceito de educabilidade, desenvolvido por Néstor Lopez (2008), nos possibilita elaborar uma análise que abarque situações onde moradores e escola devem lidar com diferentes tipos de segregação. A partir deste conceito é possível compreender a educação de maneira relacional, não colocando o peso de sua responsabilidade nem somente na escola, nem só na família, demonstrando que políticas educacionais devem vir acompanhadas de outras, sociais e urbanas

A educabilidade pode ser interpretada como sendo o resultado de uma adequada distribuição de responsabilidades entre a família e a escola. Mais especificamente, o problema da educabilidade nos mostra a qualidade de um rearranjo institucional entre Governo, família e sociedade civil (LÓPEZ, 2008: 335)

Além disso, a escola deve ter conhecimento da realidade dos alunos, de sua condição de vida, para a partir disso desenvolver a estratégia de educação. Na escola do Bairro Carioca, a maioria dos professores não conhecia a realidade dos alunos e do Bairro em seu primeiro dia de trabalho, não faziam ideia do que iriam encontrar, “os alunos que entram nas suas escolas não têm quase nada a ver com o aluno para o qual foram treinados, para aquele diante do qual saberiam perfeitamente o que fazer. Parece que esses professores estão esperando por alguma coisa que não existe” (LÓPEZ, 2008:329).

“Eu só sabia que era uma escola nova, e era perto de casa, por isso eu escolhi aqui, mas já estou procurando outra”, me disse uma professora que começou a trabalhar na escola este ano. Grande parte daqueles com quem conversei escolheu a escola pela proximidade a sua residência e pelo salário extra que recebem por

trabalhar em “área de risco”³³. Alguns deles estão buscando transferência para outros locais e muitos relataram não aguentar a violência cotidiana.

A consequência da insatisfação dos professores com o local onde trabalham se traduz em uma exagerada exigência, por parte deles, de que a família esteja mais presente na educação das crianças, para que estas, ao chegarem para as aulas, estejam preparadas para absorver todo o conteúdo que eles devem passar. A frase “educação vem de casa” é utilizada constantemente na escola, e os alunos que são retirados de sala por mau comportamento devem escreve-la repetidamente. Os professores esperam que as crianças cheguem “com um conjunto de predisposições desenvolvidas antes de entrar na escola” (LÓPEZ, 2008: 330).

Por outro lado, os pais, tendo que dedicar-se ao trabalho, e sem condições de participar mais, esperam da escola o que ela não pode oferecer. Testemunhei mais de uma ocasião em que pais foram a escola reclamar que seus filhos haviam sofrido algum tipo de violência ali, por parte de outros alunos. Eles confiam que a escola controle as crianças, não as deixando correr e brigar, o que me pareceu difícil nos dias em que estive ali. Todos os dias em que fui à escola, alguma criança sofreu algum tipo de violência física que resultou em ferimentos. Ainda que a escola zele por seus alunos, me pareceu bastante difícil, neste contexto de ampla violência, controlar todos os alunos e resguardá-los.

A situação se torna uma disputa de responsabilidades. A escola e a família esperando que os alunos sejam mais disciplinados, e que sejam capazes de aprender todo o conteúdo devido. O resultado é ruim para as crianças. O IDEB (índice de qualidade educacional que mede o desempenho dos alunos) da escola em 2013 foi de 4,7, média inferior ao do município (5,3) para o mesmo ano e mesmo período escolar (4ª série/5º ano).

Esta situação se deve, em parte, por um fator que aparece através dos dados dos alunos, e que demonstra mais um tipo de exclusão a que estão submetidos os moradores do Bairro. Diz respeito à profissão dos pais e mães: a ocupação mais

³³ Denominada oficialmente como “gratificação pelo exercício de atividades em unidades escolares situadas em local de difícil acesso”, e oficializada pelo Decreto Municipal nº 23020 de 17 de junho de 2003. O bônus é oferecido geralmente aos professores de escolas situadas em favelas e locais de difícil acesso, mas também é oferecida aos professores da escola do Bairro Carioca. Segundo os professores, isso se dá pois a prefeitura reconhece que o Bairro é violento e por ser local de moradia de pessoas vindas de áreas de risco.

comum entre as mães é empregada doméstica, 79 das 387 mães trabalham com isso. As profissões que se seguem são auxiliar de serviços gerais (46 mães), manicure (10 mães) e outras como faxineira e balconista. Além disso, são 71 donas de casa. Considerando que a maioria das famílias tem como responsáveis as mães, pode-se imaginar o grau de vulnerabilidade destas famílias. As profissões listadas trazem consigo um alto grau de insegurança. Somente em 2015, por exemplo, as empregadas domésticas passaram a ter direitos trabalhistas definidos, e ainda assim são poucas aquelas que contam com uma situação regulamentada.

Entre os pais com profissão declarada (117 dos 387 casos não possuem informação), as mais comuns são: pedreiro (23), auxiliar de serviços gerais (19), porteiro (14), motorista (11) e autônomo (10). Todos os profissionais destas áreas têm que lidar com a vulnerabilidade intrínseca a elas, o que acaba por gerar maior concentração de pobreza no Bairro, e diminuir as capacidades que estes moradores têm de sair dela, uma vez que “a concentração espacial da pobreza norteia certos mecanismos de socialização dos bairros que perpetuam o *ethos* de classe” (FLORES, 2008: 152).

Uma das características do PMCMV, como visto, é dividir as unidades e conjuntos habitacionais por faixa de renda, sendo que o Bairro Carioca é destinado às famílias com faixa salarial que varia entre 0 e 3 salários mínimos. Este tipo de homogeneização da população faz com que os moradores tenham ainda menos contato com as diferenças, tornando-a ainda mais vulnerável por diminuir sua chance de convivência e troca com outras realidades. A escola, que poderia representar um local de diversidade, atende alunos somente do Bairro³⁴, o que diminui também o contato das crianças com realidades de outros locais da cidade.

A situação de vulnerabilidade é minimizada pelo Bolsa Família, recebido por 73 famílias do Bairro Carioca. A quantidade é menor do que poderia ser, segundo a diretora da escola, pois muitas famílias não sabem como solicitar o benefício. O centro de referência em assistência social (CRAS) que atende ao Bairro é distante, o que dificulta o cadastramento das famílias.

³⁴ Até 2014 a matrícula era exclusiva para moradores do Bairro Carioca. Em 2015 essa regra mudou, e alunos de fora podem se matricular, mas isso ainda não ocorreu.

Estando inserida em um local com este grau de vulnerabilidade, a escola também tem que lidar com as carências que os alunos trazem de casa, e acaba por assumir um papel assistencialista. Os diretores da escola insistem em que os alunos comam comida – arroz, feijão e carne – em seus intervalos, pois acreditam que estas refeições serão as únicas oferecidas às crianças durante o dia.

A questão que alguns professores colocam, acerca da institucionalização da escola no Bairro, volta então à tona. Qual seria o papel da escola pública neste Bairro, e na cidade em geral, uma vez que nele acreditamos que estão presentes os dilemas de segregação presentes em todo o Rio de Janeiro?

Dubet (1994), ao analisar a massificação escolar francesa, traz a questão da institucionalização da escola ao centro do debate. Segundo o autor, “se se conceder à palavra instituição o sentido relativamente estrito que nós escolhemos, o de uma forte capacidade de integração funcional em torno de valores fulcrais, a escola deixará de ser uma instituição” (Ibid.:174).

A visão dos professores, que acreditam que a escola deve se fortalecer como instituição, traz consigo esta imagem tradicional da escola como local onde se desenvolvem o que Dubet (1994) caracteriza como três funções integradas, sendo 1) função de educação, 2) função de seleção e 3) função de socialização. O autor sugere então que a experiência escolar contemporânea transforma “sensivelmente esta representação da escola porque ela revela que, do ponto de vista dos actores, estas três funções não estão integradas, não formam um todo, elas estão, na realidade, em relações de tensão muito fortes” (Ibid.:171).

A escola do Bairro Carioca é vista pelos professores “como uma ilhota de justiça formal no seio de uma sociedade inigualitária” (Dubet, 1994:175). Uma das professoras entrevistadas, ao falar sobre o papel da escola no Bairro, me disse, “a escola precisa se consolidar como local de instrução e socialização, não só como ‘depósito’. Eles constroem uma história de territorialidade lá fora e a gente tem que desconstruir isso aqui, porque agora a casa deles é aqui e a educação é transformadora, é democrática”.

O papel da escola, para ela e para a maioria dos professores, é fundamental para que o Bairro se transforme em um local mais justo e menos violento, ou seja, a educação teria o papel de institucionalizar valores, homogeneizando a população

atendida. Esta visão é barrada pela realidade com que se deparam, e a escola se vê frustrada.

Dubet (1994) demonstra que este tipo de fronteira que se cria entre as expectativas da escola tradicional, e a realidade social do território em que se localiza a escola, não deve ser compreendida como uma crise, mas o fim de um modelo “no qual a coerência do conjunto provinha da conformidade dos actores e da sua adesão pessoal aos valores da instituição” (Ibid.:177). O que nasceria a partir disso seria um modelo de educação mais político, capaz de ajustar-se às características do meio em que se encontra, “apesar da heterogeneidade dos actores e dos objetivos que eles têm em vista” (Ibid.).

O que a escola do Bairro Carioca tem feito, no entanto, é lutar contra a realidade que a cerca, na tentativa de “civilizar” os alunos, a quem veem como filhos de famílias desestruturadas. Isso ficou claro em uma ocasião específica que vivenciei na escola.

No dia 20 de setembro de 2015 houve um arrastão na praia de Ipanema, realizado por jovens periféricos, que gerou uma resposta violenta dos jovens de classe média-alta também frequentadores da praia, que cercaram os ônibus que voltavam à zona norte na tentativa de revidar a violência que havia ocorrido na praia. A generalização feita pelos “vingadores”, ao revidar o crime em linhas de ônibus que levam à periferia da cidade, gerou ampla cobertura da mídia e discussões nas redes sociais, onde este grupo planejava novos ataques nos outros fins de semana, o que acabou não acontecendo.

O que interessa aqui, no entanto, é a repercussão que este evento teve na escola. Ao chegar lá, no dia 22 de setembro, me deparei com os professores dizendo que alguns alunos da escola haviam participado do arrastão, chegando a falar durante as aulas o que tinham roubado na praia. Eu mesma vi um dos alunos chegando a escola e dizendo que tinha trazido “muito ouro pra pesar”.

Os professores e diretores, em polvorosa, queriam mostrar aos alunos que aquilo estava errado. Uma das professoras apresentou, em aula, um vídeo da Globo mostrando as imagens do arrastão e me disse que tentou ensiná-los o que é certo. Na hora do almoço, ligaram a televisão da sala dos professores para assistirmos às notícias referentes ao ocorrido e todos os professores concordavam que os

adolescentes que cometeram os roubos deveriam sofrer retaliações como as propostas pelo prefeito, governador e secretário de segurança: serem revistados nos ônibus quando considerados suspeitos, sendo que estar sem dinheiro para passar o dia na praia pode ser incluído neste item, e levados à delegacia.

Eduardo Paes chegou a dizer que não iria “tratar marginais e delinquentes como problema social. Precisamos de forças de segurança impondo a ordem”, e os professores apoiaram tal declaração, demonstrando que acreditam que o problema é mais de segurança do que social.

Um dos professores se lembrou de outra situação, anterior ao arrastão, em que moradores do Bairro estiveram presentes. Se referia à apreensão de menores que estavam em um ônibus da linha 474³⁵, por não pagarem passagem. Alguns professores disseram se lembrar de ex-alunos que estavam presentes no ocorrido, e defendiam a punição deles. À época do ocorrido, uma defensora pública se manifestou, afirmando que o caso caracterizava uma violação aos direitos da criança e do adolescente³⁶, uma vez que as crianças foram apreendidas sem flagrante e levadas para atendimento, tendo ficado horas sem comer. Neste dia em que falávamos sobre os arrastões, os professores demonstraram indignação frente a este outro fato e à declaração da defensora. Uma professora chegou a dizer que não tinha pena, e que deviam tê-los “deixado passando fome mesmo”.

A este fato, soma-se outro que demonstra o julgamento constante realizado pelos professores. Certo dia, eu estava acompanhando a conversa na sala dos professores, que estavam falando dos bons alunos da escola. Uma das professoras, ao falar sobre uma aluna específica, me disse, “eu já falei pra mãe dela tirar ela daqui. Porque aqui ela não vai pra frente, já que tem que acompanhar os outros. Tem que ir pra uma particular”.

Os três episódios – do arrastão, do ônibus e da boa aluna – demonstram o tipo de visão estereotipada que os professores carregam acerca de seus alunos, e que influenciam em sua forma de trabalhar e ajudar na socialização destas crianças.

³⁵ Linha que ligava o bairro de Jacaré à Ipanema, e que foi extinta em novembro de 2015. Foi objeto de diversas reportagens à época da apreensão dos jovens, que classificaram a linha como “inferno do Rio”. Um dos exemplos: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/ameacas-violencia-e-vandalismo-conheca-a-rotina-da-linha-474-o-inferno-do-rio-23092015>.

³⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/08/1673548-pm-do-rio-impede-adolescentes-da-periferia-de-ir-as-praias-da-zona-sul.shtml>. Acesso em outubro de 2015.

Flores (2008) mostra que “crianças pobres em áreas segregadas podem ser consideradas inaptas para a educação universitária, e serão, portanto, socializadas como tal”, perdendo oportunidades que as levariam a outros rumos, caso não fossem tratadas como incapazes disso.

A educação passa a ser vista – por professores, alunos e familiares – como um longo processo pelo qual os alunos devem passar para ao final receber um diploma que não tem valor simbólico igual ao das classes mais altas,

a instituição escolar é vista cada vez mais, tanto pelas famílias como pelos próprios alunos, como um engodo e fonte de imensa decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela (BOURDIEU & CHAMPAGNE, 1997: 483).

Bourdieu & Champagne (1997) demonstram que os mecanismos de hierarquização da educação na França – os alunos de elite contam com apoio familiar que lhes propicia possibilidade de investimento em educação, e os alunos de famílias mais pobres entregam seu futuro unicamente às escolas – somados à “lógica de transmissão do capital cultural” (Ibid.:485), mantêm a lógica de reprodução de desigualdades sociais, que é mascarada pela democratização da educação.

Nessa concepção, a escola exclui de maneira continuada, uma vez que marginaliza “por dentro” os alunos, na medida em que os inclui no sistema democrático de educação – oferecendo-lhes diploma e ensino – mas os separa pela qualidade de educação que lhes será oferecida, diretamente relacionada ao capital cultural adquirido fora da escola.

Ainda que, no Brasil, a população valorize muito a educação escolar, e haja uma obrigação moral e legal em se enviar os filhos para o colégio, ela não deixa de ser excludente, na medida em que fortalece a segregação dos mais pobres. Uma educação realmente igualitária é o que se pode considerar a terra prometida colocada por Bourdieu. Os pais acreditam ser importante a educação escolar de seus filhos, matriculam as crianças no sistema de ensino público, mas veem que há um abismo entre a educação desejada e a real. A escola não garante a integração desejada

e, dependendo do contexto em que se encontra, pode acabar produzindo, e não apenas reproduzindo, segregação.

A oferta de educação é hierarquizada também territorialmente, demonstrando “uma associação entre a concentração espacial de certas populações e as oportunidades desiguais de acesso a oferta escolar” (VAN ZANTEN, 2001: 8). Segundo relatório Observatório das Metrôpoles, a oferta de vagas nos equipamentos de ensino no entorno do Bairro Carioca parece ser insuficiente para a demanda gerada pelos novos moradores, posto que, dos entrevistados para a pesquisa, “apenas 35,3% frequentam estabelecimentos de ensino localizados no bairro do Rocha ou dentro do empreendimento” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015: 245). Os demais, segundo o mesmo relatório, seguem frequentando estabelecimentos dos antigos locais de moradia.

Burgos (2009), ao analisar como a origem dos alunos de favela influencia no tipo de educação que será oferecida por escolas públicas e projetos sociais, demonstra que a universalidade na educação proposta pelo Estado acaba por não reconhecer “as especificidades territoriais e culturais de seu público” (Ibid.:59). Enquadrando os alunos em estereótipos que prevalecem na cidade, a escola acaba por transformar não só “segregação urbana em segregação escolar, mas também segregação escolar em mais segregação urbana” (Ibid.:125).

O mesmo ocorre na escola do Bairro Carioca, os estereótipos que os professores têm de seus alunos decorrem do fato de grande parte deles terem vindo de favelas da cidade. Quando dizem que os alunos precisam criar uma nova identidade com o local, como vimos, está implícita a ideia de que a vida fora da favela poderia oferecer aos alunos valores mais aceitáveis ao padrão para o qual a escola pública é preparada.

Nos capítulos anteriores, vimos como a segregação urbana é promovida por décadas no Rio de Janeiro através das políticas habitacionais da cidade, que se atualizam na parceria com o governo federal, por meio do PMCMV. Neste capítulo pudemos observar como a segregação urbana e o processo de remoção a que foram submetidos os moradores se refletem e se renovam cotidianamente no Bairro Carioca e na escola que atende a ele. O Bairro e a escola são exemplos bastante agudos dos dilemas que atravessa a cidade do Rio de Janeiro atualmente.

A habitação dentro de padrões de classe média significaria, neste contexto, a transformação de um estilo de vida. A oferta de serviços e promoção de direitos, implícita no ideal do PMCMV, criou expectativas de acesso à cidade, no Bairro Carioca. No entanto, antigas questões da cidade se atualizam ali, trazendo novas nuances relativas ao investimento em capital imobiliário, como vimos, e a segregação urbana na cidade ganha um novo capítulo, ainda em construção.

5. Conclusões

As discussões apresentadas ao longo desta dissertação buscaram articular teorias acerca de segregação urbana a partir de um estudo de caso específico. Observando o projeto urbano que guia as transformações da cidade do Rio de Janeiro atualmente, procurei apresentar a perspectiva de parte da população da cidade impactada por ele.

Acredito que o que pude constatar no Bairro Carioca diz muito da cidade do Rio de Janeiro. Lá as relações sociais ainda estão em construção porque os indivíduos ainda vivem em um ajuste de interesses. No Rio de Janeiro, cidade em constante transformação, o cotidiano de grande parte da população tem sido transformado diariamente pelas obras urbanas realizadas na cidade desde sua escolha para sediar os jogos olímpicos de 2016.

Heller (1972), ao analisar a vida cotidiana, mostra que o homem nasce inserido em sua cotidianidade, mas só adquire capacidade para vive-la plenamente quando assimila a manipulação das coisas, quando aprende as habilidades necessárias para viver seu cotidiano. Ao fim e ao cabo, ser capaz de viver o cotidiano é ter assimilado as relações sociais que nos cercam. Uma criança não distingue as relações sociais de seu entorno, mas um adulto sim. Segundo Heller, os indivíduos aprendem a relacionar-se em grupos, mas só assimilam a vida comunitária e a cotidianidade quando saem dele, quando são capazes de viver de maneira autônoma.

Se constituir-se como indivíduo pleno passa pela assimilação das relações sociais, a vida no Bairro Carioca e na cidade do Rio de Janeiro atualmente atrapalha este processo. Isso porquê a cidade vive em constante transformação para preparar-se para o futuro, e os cidadãos tem que reaprender a viver neste espaço cotidianamente. No Bairro Carioca, ocorre algo similar, as relações sociais ainda estão sendo criadas, e os moradores criando sua capacidade de viver ali. Na concepção de Heller, seríamos uma cidade de “crianças”, ou indivíduos em formação, ainda aprendendo a utilizar as ruas e a movimentar-se, ou a relacionar-se entre diferentes, como no caso do Bairro Carioca – sendo que esta situação seria criada pela própria cidade.

Heller (1972) se aproxima de Harvey (2012), na medida que acredita que as “condições econômico-sociais”, quando não favorecem a participação, podem dificultar a condução do cotidiano de maneira autônoma, mas que as ações dos indivíduos neste contexto as tornam mais representativas. Harvey (2012), no mesmo caminho, entende ser difícil de sustentar, na forma urbana fragmentada, “ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento” (Idem: 82). No entanto, as ações daqueles movimentos que procuram superar a falta de espaço para participação são representativas.

Joseph (2005) também se aproxima deste debate, uma vez que defende que o ambiente urbano deve ter “porosidade”, ou possibilitar a “livre circulação entre os territórios e os mundos” (Idem: 117). Para o autor, o ideal de uma cidade não segregada não é aquela que tem como sinônimo a integração, nem mesmo de “assimilação de culturas”. O espaço público deve ser um local de livre circulação, onde o cidadão circule livremente e de maneira autônoma, onde todos têm seus direitos comuns assegurados, ou seja, um local em que os valores ligados a vida urbana não sejam “monopolizados pelo centro”.

O debate acerca da relação entre “condições econômico-sociais”, forma urbana, espaço público e participação está presente ao longo desta dissertação, e diz respeito ao conceito de segregação urbana, que procurei explorar. No capítulo 2, a perspectiva de Harvey (2012) é apresentada com o intuito de demonstrar como a cidade do Rio de Janeiro hoje se insere no que o autor considera uma tendência mundial: a urbanização a serviço do capital financeiro. A partir desta perspectiva, analisei a legislação urbana da cidade e a influência do investimento financeiro nas obras públicas realizadas na última década. O Bairro Carioca, vimos, é um exemplo da forma como as populações mais pobres são afetadas pelo modelo de urbanização que segue a dinâmica do capital imobiliário.

No capítulo 3, analiso especificamente as políticas habitacionais voltadas à população vulnerável da cidade, tais como construção de conjuntos habitacionais e remoção de favelas, no intuito de demonstrar como o espaço público é negado a essa parcela da população. O Bairro Carioca se insere neste debate, por representar a retomada da política remocionista da cidade, agora voltada a atender os interesses de investimento do mercado imobiliário, por meio do PMCMV

No capítulo 4, por fim, apresento as percepções da comunidade escolar acerca do Bairro Carioca, observadas durante o acompanhamento de seu cotidiano, ao longo de quatro meses de trabalho de campo. Consciente de que esta análise é limitada pelo curto período em que pude desenvolver a pesquisa na localidade, acredito ter absorvido minimamente como a população vive sua nova realidade. Em contraste com aquilo que Conceição percebeu ao analisar outros “condomínios populares” – onde a população beneficiada acreditava estar em um padrão superior ao anterior³⁷ – o que pude observar no Bairro é que a população ainda está muito ligada às redes sociais antigas, e a infraestrutura dos conjuntos não superou suas expectativas de uma vida diferente.

Esta pesquisa representou um esforço em compreender o tipo de cidade que o Rio de Janeiro está se tornando, e como a segregação urbana impacta a vida da população e sua participação do espaço público da cidade. A percepção dos moradores – que representam grande parte da população – foi significativa para compreender como a apartação do uso da cidade impossibilita sua autonomia em circular pelos códigos morais que os integraria ao espaço público.

A cidade que vem sendo construída homogênea diferentes cidadãos em categorias e direciona políticas públicas a eles de maneira a tentar apagar modos de vida. Vimos, no capítulo 4, como esta categoria é evocada constantemente nos diálogos. Pensar em uma cidade não segregada, no entanto, é desconstruir as identidades e as diferenças. Como afirma Joseph (2005), “a urbanização nada apaga dos modos de vida anteriores, a cidade é feita de cavidades” (Idem: 122), ou seja, na cidade se aceita a heterogeneidade, mas não de maneira que estas impossibilitem alguns de sua capacidade de agir e circular de maneira autônoma pelo espaço público. A cidade é diversa, ao mesmo tempo que requer igualdade de participação.

As políticas habitacionais do Rio de Janeiro, como vimos, homogêizam a população pobre em uma categoria específica e não lhes oferece a possibilidade de participação, porque não aceita suas diferenças. A cidade do Rio de Janeiro procura

³⁷ Como visto no capítulo 3, Conceição (2014) mostra como os moradores de um “condomínio popular”, localizado em uma favela da zona sul, passaram a se diferenciar dos demais moradores da favela quando se mudaram aos edifícios. Usando a frase “agora você é madame”, uma das moradoras dos edifícios tentava explicar para outra que ela deveria adotar padrões de comportamento de classe média, pois não era mais “favelada

uma uniformidade estética, e acaba por tornar as diferenças um problema a ser solucionado, quando, pelo que vimos, elas deveriam ser premiadas.

Lefebvre (1991), abordado no início desta dissertação, defende que a cidade tem seu valor no uso, na participação. Vimos, ao longo deste trabalho, como a segregação urbana existente no Rio de Janeiro afasta dos moradores da vida na cidade. A construção de bairros que seguem o modelo de autossuficiência, repetido no Bairro Carioca, acaba por forçar a permanência dos moradores em pequenos mundos (microestados, para Harvey), onde as relações de vizinhança tornam-se grande parte do significado de vida das pessoas. Joseph (2005), acreditava que a maior acessibilidade das pessoas nas cidades, promovida pelo desenvolvimento dos transportes, por exemplo, aumentaria a “porosidade” da cidade, tornando-a mais aberta, unindo mundos diferentes. Pelo que pude observar ao longo desta pesquisa, não é isso que tem ocorrido no Rio de Janeiro. A cidade é cada vez menos “porosa” a toda a população, uma vez que se está excluindo a possibilidade de compartilhamento de mundos, de circulação e de troca no espaço urbano.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. IPLANRIO, Rio de Janeiro, 1997.
- ALFONSIN, Betânia. *Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras*. Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, Rio de Janeiro, 1997.
- AZEVEDO, Lena & FAULHABER, Lucas. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Mórula, Rio de Janeiro, 2015.
- AGIER, Michel. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In. BIRMAN, Patrícia [et al] (org.). *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte (SMCTT), 1990.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. Estação Liberdade, São Paulo, 2011.
- BOURDIEU, Pierre (Org.). *A Miséria do Mundo*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Vozes, Petrópolis, RJ, 2009.
- BOURDIEU, Pierre & CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In. BOURDIEU, Pierre (Org.). *A Miséria do Mundo*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1997.
- BRUM, Mario. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*, Ponteio, Rio de Janeiro, 2012.
- BURGOS, M. B. (org.). *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. PUC-Rio, Loyola, Rio de Janeiro, 2002.

BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A. e ALVITO, M. (org.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003.

BURGOS, M.B. Cidade, Territórios e Cidadania. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, n.1, 2005.

BURGOS, M.B. Escola e projetos sociais: uma análise do efeito-favela. In: RANDOLPHO, Angela e BURGOS, Marcelo Baumann (org.). *A escola e a favela*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio: Ed. Pallas, 2009.

CAILLÉ, Alain. Reconhecimento e Sociologia. In: *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.23, nº66, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34; Edusp, 2000.

CAVALCANTI, Mariana & FONTES, Paulo. *Ruínas industriais e memória em uma “favela fabril” carioca*. Revista História Oral, v. 14, n. 1, p. 11-35, jan.-jun., 2011

CAVALCANTI, Mariana. *À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’*. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 6, n.2, 2013.

CARDOSO, Adauto, et al. *Quando um direito vira produto: impactos do programa minha casa minha vida na cidade do Rio de Janeiro*. XVIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, UERJ, 2013.

CARDOSO, Adauto & LAGO, Luciana. Dinâmica imobiliária: Estado e o capital imobiliário. In. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (ed.). *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Editora Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade Mutante. In: D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Redemocratização e mudança social no Brasil*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2. morar e cozinhar*. Editora Vozes, Petrópolis, 2013.

- CHRISTOVÃO, Ana Carolina & SANTOS, Mariana. A escola na favela ou a favela na escola?. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz [et al]. *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Letra Capital, Observatório das Metrôpolis, Rio de Janeiro, 2010.
- CONCEIÇÃO, W. S. Os condomínios populares: um novo modelo de gestão das populações pobres no Rio de Janeiro? In: *Anais do XVI Encontro Regional da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas*. Rio de Janeiro, 2014.
- CONCEIÇÃO, W.S. “Agora você é madame! Os encontros de integração do AC/PMCMV no Rio de Janeiro como instrumentos de disciplinarização urbana e moral da população pobre. In: *Anais do XI Congresso Argentino de Antropologia Social. Rosario - Argentina: Congresso Argentina de Antropologia Social*, 2014. v. 1. p. 1-17.
- DAGNINO, Evelina. Meanings of citizenship in Latin America. *IDS Working Paper*, n. 258, 2005.
- DAS, Veena e POOLE, Deborah (ed.). *Anthropology in the Margins of the State*. New Mexico, School of American Research Press, 2004.
- DAS, Veena e RANDERIA, Shalini. Politics of the Urban Poor: Aesthetics, Ethics, Volatility, Precarity. In. *Current Anthropology*, v. 56, n. S11, 2015.
- DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Editora Boitempo, São Paulo, 2006.
- DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Instituto Piaget, Lisboa, 1996.
- FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *CADERNO CRH*, v. 27, n. 72, p. 495-512, Salvador, 2014.
- FLORES, Carolina. Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile. In. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & KAZTMAN, Ruben. *A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2008.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Ed. UNB, 2001.

FREIRE, Jussara. Sociabilidade de grades e cadeados e ordem de tranquilidade: da cidadania dos adimplentes à “violência urbana” em condomínios fechados da Zona Oeste do Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patrícia [et al] (org.). *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

GONCALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Pallas, 2013.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1972.

JACOBS, Jane. *Morte e vida nas grandes cidades*. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2009.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Revista Lutas Sociais*, n.29, p.73-89, São Paulo, 2012.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2014.

JOSEPH, Isaac. A respeito do bom uso da Escola de Chicago. In: VALLADARES, Licia (org.). *A Escola de Chicago: Impacto de uma tradição no Brasil e na França*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005.

KOVARICK, Lucio. *Escritos urbanos*. Editora 34, São Paulo, 2000.

LAGO, L. C. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. In: CUNHA, Neiva Vieira; FELTRAN, Gabriel. (Org.). *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, v. 1, p. 178-189.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. Editora Moraes, São Paulo, 1991.

LEITE, Marcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro.” *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, p.374-389, 2012.

LOBO, Eulalia. *História institucional da Rio Light*. Anais do XVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, Rio de Janeiro, julho, 1991.

LÓPEZ, Néstor. A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & KAZTMAN, Ruben. *A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2008.

MAGALHÃES, Alexandre. Entre o legal e o extralegal: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v.14, n.1, 2012.

MARCUSE, Peter. The enclave, the citadel, and the ghetto. What has changed in the Post-Fordist U.S. City. In: *Urban Affairs Review*, V.33, nº2, Sage, 1997.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: *Cidades Rebeldes- Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, Rio de Janeiro, 2013.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo & TORRES, Haroldo (org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. Editora Senac, São Paulo, 2005.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, Núcleo Rio de Janeiro. *Relatório final - Avaliação do programa minha casa minha vida na região metropolitana do Rio de Janeiro: impactos urbanos e sociais*. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.net/images/abook_file/relatorio_mcmv_rj_2015.pdf. Acesso em Abril de 2015.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

Relatório SAGMACS. In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al (orgs). *Favelas cariocas ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A ordem urbana na metrópole do Rio de Janeiro: caminhos e síntese. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (ed.). *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Editora Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Rodrigo Lopes Cavalcanti. Rumo a triagem: dilemas do conjunto habitacional Bairro Carioca no atual processo de reassentamento de moradores de favelas do Rio de Janeiro. In: *Anais do I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas*. São Bernardo do Campo, SP, 2014.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.11, n.2, novembro 2009.

ROLNIK, Raquel. Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. In: *e-Metropolis - Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n.5, ano 2, junho de 2011.

ROMAGNOLI, Alexandre. O programa “minha casa, minha vida”: continuidades, inovações e retrocessos. In: *Revista Temas de Administração Pública*, Edição Especial, v. 4, n. 7, Unesp, 2012.

SANT’ANA, Thais Rezende da Silva de. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. Unicamp, Campinas, 2008 (dissertação de mestrado).

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Governança empreendedorista: a modernização neoliberal. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (ed.). *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Editora Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

- SHIMBO, Lucia Zanin. *Habitação social, habitação de mercado – a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital de mercado*. Tese de doutorado, USP, São Carlos, 2010.
- SIMMEL, Georg. Veneza. In. *Revista crítica de ciências sociais*. Nº67, 2003.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília & MARICATO, Ermínia, *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2005.
- VAN ZANTEN, Agnès. *L'école de la périphérie: scolarité et ségrégation en banlieue*. Ed. PUF, Paris, 2001.
- WACQUANT, Loic. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2005.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora UNB, Brasília, 1999.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Anexo 1.Entrevista Semiestruturada – professores, diretores e funcionários da Escola Municipal Carlos Alberto Menezes Direito

1. Qual o seu cargo na escola? Desde quando você o exerce?
2. Onde você trabalhava antes de vir para esta escola?
3. Como foi a transferência para esta escola? (Caso não seja a primeira)
- 3.1 Quais as diferenças que você percebe entre esta escola e a anterior?
4. Qual a sua percepção acerca do cotidiano da escola?
5. Você considera que a localização da escola interfere no aprendizado do aluno?
6. Como tem sido trabalhar com alunos de distintas localidades? Você nota diferenças entre eles?
7. Questões acerca do Bairro são apresentadas em seu cotidiano?
8. A mudança dos alunos para este Bairro foi alguma vez tratada em sala de aula? Qual a percepção dos alunos?
- 8.1. E sua percepção ao tratar o assunto em aula, qual foi?
9. Como se dá a participação da família no cotidiano escolar?
10. Você percebe que os alunos se relacionam conforme local/condomínio onde vivem? Ou acredita que as relações se estabelecem majoritariamente na escola?
11. O que os alunos fazem em seu horário livre?
12. Você conhece alguma associação ou grupo de moradores? Quais?
13. Qual você acredita ser o papel da escola em um bairro como este? Se diferencia das demais escolas?
- 13.1. E o papel do professor/diretor/coordenador? Qual o papel que você acha que pode exercer em uma realidade como esta?
14. Considerando o perfil de seus alunos, qual você acha que é o papel da escola?
15. Como vocês avaliam a experiência de Bairro?

Anexo 2.

Entrevista Semiestruturada – famílias/responsáveis da comunidade escolar - Escola Municipal Carlos Alberto Menezes Direito

Antes desta entrevista, dados socioeconômicos e quantidade de crianças na escola por cada núcleo familiar entrevistado já estarão especificados.

1. Há quanto tempo você e sua família moram no Bairro?
2. Qual era seu local anterior de moradia?
3. Como foi a experiência da mudança?
4. Quanto tempo depois da mudança as crianças começaram a frequentar a escola?
5. Como você avalia a presença da escola no Bairro?
6. No bairro em que vocês viviam, as crianças iam para a escola? Onde se localizava a mesma?
7. Você acredita que a escola ajudou na adaptação das crianças ao Bairro?
8. Como você se relaciona com a escola? De que forma? Você participa das reuniões escolares?
9. Quais as principais diferenças que você nota entre este Bairro e o local onde vocês moravam antes?
10. Quais os espaços do Bairro mais frequentados por você e sua família? Em que ocasiões vocês os frequentam?
- 10.1. E fora do Bairro? Vocês costumam frequentar algum local fora daqui? Onde?
11. Quando você precisa de alguma informação sobre o Bairro, os condomínios, a manutenção dos serviços públicos, a quem você recorre?
12. Quais as principais mudanças na sua vida e de sua família a partir da mudança para este Bairro?
13. Você faz parte de algum grupo ou associação de moradores?
14. Você e sua família se relacionam com os vizinhos de condomínio? Como se dá esta relação?
15. De modo geral, como você avalia a vida no Bairro?